



CRÉDITO: Ricardo Stuckert/PT.

## A economia brasileira de 2019 a 2021 - Retrospectiva e perspectivas.

**AUTORAS E AUTORES DA PUBLICAÇÃO**

Adriano V. Sampaio - Carmem Feijó - Fabio Terra -  
Fernanda Feil- Luciano D'Agostini - Paula Sarno -  
Paulo G. M. Carvalho - Vinicius Brandão

[www.finde.uff.br](http://www.finde.uff.br) - [facebook.com/findeuff](https://facebook.com/findeuff)



**FINDE**

GRUPO DE PESQUISA EM  
FINANCEIRIZAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
Universidade Federal Fluminense

---

*BOLETIM FINDE: v.3, n.3, 2022*

# **A economia brasileira de 2019 a 2021 - Retrospectiva e perspectivas.**

[www.finde.uff.br](http://www.finde.uff.br)



## ÍNDICE

<b>Apresentação</b>	<b>1</b>
Carmem Feijó e Adriano Vilela Sampaio	
<b>Dispersa e reativa - a política fiscal de Bolsonaro e Guedes</b>	<b>2</b>
Fabio Terra	
<b>Desafios e perspectivas para o mercado de trabalho no próximo Governo Lula</b>	<b>6</b>
Vinicius Brandão	
<b>Combinação de políticas monetárias e fiscais entre 2019 a 2022: a entrega final bolsonarista de resultados à sociedade e algumas sugestões para o mandato Lula III</b>	<b>12</b>
Luciano Luiz Manarin D'Agostini	
<b>A crescente fragilidade financeira das famílias de baixa renda é um desafio para novo Governo</b>	<b>19</b>
Paula Marina Sarno e Carmem Feijó	
<b>O financiamento da transição verde sustentável</b>	<b>23</b>
Fernanda Feil e Carmem Feijó	
<b>Você Não Estava Aqui – um filme que critica a “uberização” da economia</b>	<b>29</b>
Paulo Gonzaga M. de Carvalho	



## APRESENTAÇÃO

Carmem Feijó

Professora da Faculdade de Economia da UFF e coordenadora do FINDE/UFF

Adriano Vilela Sampaio

Professor da Faculdade de Economia da UFF e vice coordenador do FINDE/UFF

### ÍNDICE

Como será o governo Lula 3? A primeira resposta é óbvia e insuficiente, mas alentadora: será diferente do que se encerra neste dezembro.

Com pouco mais de 2 milhões de votos (1,8%) de vantagem, a primeira missão foi cumprida, a de impedir (ou ao menos reduzir as chances) de que o país entrasse em uma escalada autoritária. Em breve, será a hora de começar a reconstrução do país.

A composição ministerial evidentemente desagradou setores à direita e à esquerda, mas a diferença no preparo, qualificação e objetivos das equipes atual e futura dão a esperança de que a reconstrução será bem-feita e passa por questões tão básicas (e que pareciam indiscutíveis) como campanhas de vacinação, efetiva proteção ao

meio ambiente e combate à pobreza (não apenas em período eleitoral).

Na nona edição do boletim do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (Finde/UFF), são apresentadas retrospectivas e perspectivas de temas como políticas fiscal e monetária, mercado de trabalho e de crédito e financiamento da transição verde. Por fim, a resenha do filme britânico “Você não estava aqui” mostra que nem mesmo nas economias avançadas a precarização do trabalho deixou de avançar, um recado claro e duro sobre a necessidade de se regular e equilibrar as relações de trabalho.

**Boa leitura!**



## DISPERSA E REATIVA - A POLÍTICA FISCAL DE BOLSONARO E GUEDES

Fabio Terra

Professor da UFABC e do PPGE-UFU. Pesquisador do Finde e do CNPq

### ÍNDICE

Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em outubro de 2018. Todavia, um ano antes de sua vitória, ele já anunciara quem seria seu ministro da economia, Paulo Guedes, como uma estratégia para reduzir restrições da elite econômica nacional ao seu nome, sempre presente em controvérsias. Como forma de tanto escapar de questões complicadas sobre economia quanto como meio de aparentar que Paulo Guedes teria mesmo poder no ministério, Bolsonaro sempre a Guedes apontava quando indagado sobre o que seria a política econômica de seu eventual governo. Não por menos, Bolsonaro deu a Guedes o cômico apelido de Posto Ipiranga, cuja propaganda é conhecida no país e quer fazer crer que se tem qualquer coisa que se precisa nos postos dessa distribuidora de combustíveis.

Embora tenha perdido a eleição de 2022, em muito por conta do quão ruim foi sua gestão, a dupla Bolsonaro e Guedes começou o governo em 2019 em cenário bem diferente, com amplo apoio popular. Para se entender a razão disso, é preciso voltar um pouco no tempo, para os idos de 2014-2016.

Nos tempos do governo Dilma, o país passou por deterioração fiscal e crise econômica. A crise fiscal foi decorrente de quatro causas, que se somaram para construir déficit primário e crescimento forte da dívida pública. Das quatro causas, três atuaram pelo lado das receitas públicas: (1) cenário externo ruim, sobretudo pós

-2014, fez cair o preço das *commodities* e o impulso que elas dão à economia e daí às receitas públicas; (2) a oscilante atividade econômica no país pós-2012 também fez cair a arrecadação de impostos; (3) para tentar estimular a economia brasileira, desde 2011 o governo foi continuamente implementando desonerações tributárias, o que também reduziu a arrecadação. Se pelo lado das receitas, (1), (2) e (3) fizeram menores as receitas públicas, pelo lado dos gastos (4) as despesas continuaram crescendo até 2014. Receitas menores e gastos maiores implicaram desajuste fiscal que, então, resultou em aumento de dívida. A crise econômica, por sua vez, veio do setor externo, da própria perda de ânimo doméstico da economia brasileira e da incapacidade da política econômica em estimular expectativas empresariais.

Mas essa explicação das crises fiscal e econômica é coisa de economista. Para a população brasileira o que estava acontecendo era outra coisa. Pois bem, 2014 foi o ano em que a operação Lava Jato começou. A estratégia da operação era bombardear a população todos os dias com as notícias das ações policiais decorrentes da investigação. Como a Lava Jato investigava denúncias de corrupção envolvendo empresas privadas e públicas, partidos políticos e agentes públicos, a população a todo tempo via a corrupção no corpo do Estado. O *mindset* que se convencionou foi o que a corrupção no corpo do Estado criou a crise fiscal e esta crise resultou na crise econômica. A crise econômica, por fim,



levou o desemprego de 6% para 12% entre 2014 e 2016. Logo, na opinião do brasileiro e da brasileira, a causa do desemprego dele e dela foi a crise econômica, causada pela crise fiscal que, por fim, fora causada pela corrupção.

Embora esse pensamento seja intuitivo, ele é errado. Contudo, entre 2015 e 2019 era ele que vigorava no *mindset* brasileiro. Mas o que isso tem a ver com a dupla Bolsonaro e Guedes? Bem, não apenas Bolsonaro venceu a eleição de 2018 com amplo popular, mas também as ideias liberais de Paulo Guedes, que propunham a redução do Estado, entendido pela população como a causa da crise econômica via crise fiscal, também tinham apoio popular.

Ou seja, a dupla Bolsonaro e Guedes tinha a faca e a queijo na mão para implementar uma política econômica realizadora das propostas econômicas que eles haviam feito na campanha eleitoral. Sigam-se ideias liberais ou delas não se gostem, o que importa para a história é que em 2019 o governo tinha popularidade e base suficientes para conduzir política econômica tal qual proposto na corrida eleitoral. Porém pouco, quase nada, foi feito.

Do pouco o que se fez, a mais significativa medida veio em 2019: a reforma da previdência. Guedes fez sua proposta de reforma em meados de 2019. Porém ele não teve força política para a fazer valer. Sua proposta foi desidratada no Congresso e ao final de 2019 foi aprovada uma reforma da previdência cujo formato foi bastante próximo ao que o governo Michel Temer propusera em 2017. Ademais de ver sua proposta não prosperar, Guedes não conseguiu sequer se fazer ator importante na tramitação da reforma. No fundo, o protagonista foi Rodrigo Maia, então presidente da Câmara dos Deputados.

Afora a reforma da previdência, ocorreram na gestão Bolsonaro e Guedes algumas outras medidas, tais quais: a Lei da Liberdade Econômica, que visava reduzir a burocracia para se fazerem negócios no país; os marcos regulatórios do saneamento, ferrovias e portos, sendo que portos e saneamento vieram do governo Temer; formalização da autonomia do

**Além de dispersa, a política fiscal de Bolsonaro e Guedes foi também reativa. Por reativa entenda-se o fiscal andar a reboque das necessidades de melhoria de popularidade, obviamente com fins eleitorais, de Bolsonaro.**

Banco Central, talvez o maior trunfo do governo pós-reforma da previdência, mas cujo protagonismo deveu-se ao parlamento e a Roberto Campos Neto, presidente do Banco; privatização da Eletrobrás, empresa pública que teve bastante problema

operacional ao longo do governo Dilma, mas que se tornou superavitária em 2017 e assim continuou até ser vendida.

Perceba-se que não mais do que um parágrafo se enche com feitos da dupla Bolsonaro e Guedes. Veja-se ainda que marcos regulatórios, reformas da previdência, redução de burocracia foram feitos por governos anteriores, fossem quais fossem seus matizes ideológicos. Mesmo a autonomia formal do Banco Central não foi tal qual mais se quer na perspectiva liberal, pois não se conferiu independência ou autonomia de objetivos ao Banco. A meta de inflação que deve ser buscada não é definida pelo próprio Banco, o que configuraria sua independência. A meta é definida pelo Conselho Monetário Nacional, sendo o Banco apenas o operador da política monetária que buscará alcançá-la. Note-se que dentre estas medidas, apenas a reforma da previdência e a venda da Eletrobras têm impacto fiscal.

Além disso, o que se pode listar de ações consistentes feitas pelo governo, mirando



estruturar, por meio de medidas que se somassem e atuassem em diversas frentes, algum “*sistema nacional*” de alguma coisa? Nada. Eis a dispersão da política fiscal sob Bolsonaro e Guedes. Houve dispersão apenas, um fazer-se pouco e sem que o pouco feito conversasse entre si.

Além de dispersa, a política fiscal de Bolsonaro e Guedes foi também reativa. Por reativa entenda-se o fiscal andar a reboque das necessidades de melhoria de popularidade, obviamente com fins eleitorais, de Bolsonaro. A história por trás disso é a seguinte: tal qual banhistas que olham o tsunami do calçadão, o governo Bolsonaro observou a Covid-19 chegar ao Brasil no começo de 2020 sem fazer nada. Na verdade, foi pior do que isso.

Preocupado com os impactos em sua popularidade que poderiam decorrer dos efeitos economicamente recessivos do distanciamento social exigido para conter a pandemia, Bolsonaro resolveu negligenciar a saúde pública e a vida humana para tentar não ser responsabilizado pelo aumento do desemprego e pela crise econômica que acompanhariam a Covid-19. Claro: a aposta de Bolsonaro deu errado. Ao final, a população o considerou responsável tanto pelo morticínio da pandemia quanto pelos efeitos econômicos que com ela vieram: aumento da pobreza, desemprego recorde, recessão forte, volta da fome, desalento no mercado de trabalho etc. Por consequência, a popularidade de Bolsonaro despencou de 2020 em diante, o que foi terrível para seus desejos eleitorais para 2022.

Neste contexto, o que fez Guedes? Endossou Bolsonaro e passou a ser o grande prosador ao mercado financeiro das medidas que Bolsonaro tomaria para tentar melhorar sua popularidade. Nada menos do que três emendas constitucionais foram propostas e aprovadas pelo governo para implementar ações que buscassem

reconstruir apoio popular. Prova da inépcia de Guedes foi a PEC do orçamento de guerra, de maio de 2020, ter sido resultado de um decreto do Congresso Nacional. Essa emenda constitucional, que implantou o auxílio emergencial, a ajuda a estados e municípios, o aporte de recursos para a saúde pública, a ajuda a empresas etc, foi feita pelo parlamento, pois mais de dois meses depois do início da pandemia nada havia sido feito por Guedes!

Voltando ao casuísmo fiscal de Bolsonaro e Guedes. As três PEC que vieram entre 2021 e 2022 foram feitas para implementar medidas que buscassem melhorar a popularidade de Bolsonaro. A primeira PEC foi a emergencial, que instituiu extensão do auxílio emergencial para 2021 e, em troca, implantou gatilhos para que o Teto de Gastos fosse reenquadrado caso estourado. O auxílio emergencial pago em 2021, diga-se de passagem, foi pouco mais de 10% do valor pago em 2020, embora no primeiro semestre de 2021 a pandemia teve seu momento mais mortal. Por óbvio, a popularidade de Bolsonaro só piorou. A segunda PEC de 2021 foi a dos precatórios. Precatórios são dívidas que a União deve pagar quando saem decisões judiciais em seu desfavor. O que a PEC dos precatórios fez foi colocar um teto no total de precatórios que a União pagaria a cada ano. Assim os precatórios não ocupariam muito do espaço de gasto primário sobrando no Teto de Gastos.

Por fim, a última PEC veio em 2022 e ficou conhecida por vários nomes: Kamikaze, Bondades, Fim do Mundo, Segundo Turno, Combustíveis. Ela implementou, a poucos meses da eleição, maior auxílio de renda à população de baixa renda, auxílio-caminhoneiro, auxílio-taxista e auxílio-gás. A PEC ainda limitou o quanto estados poderiam cobrar de ICMS sobre combustíveis – em função de o pós-pandemia somado à covarde guerra russa contra a Ucrânia



terem aumentado muito o preço do petróleo e, logo, o preço dos combustíveis.

Claro que eram necessárias medidas de apoio à população de baixa renda, mas elas eram necessárias desde 2020 e não apenas a alguns meses da eleição em 2022. Claro também que medidas para enfrentar a inflação dos combustíveis eram necessárias, mas a causa dos altos preços não era o ICMS e sim o aumento do preço internacional do petróleo ser totalmente transmitido aos preços domésticos por causa da política de preços da Petrobras. Todavia nada estrutural foi feito: as medidas eram reativas, vinham a reboque do que fosse preciso fazer para recuperar a popularidade de Bolsonaro à véspera das eleições.

Como fez o governo para aprovar três PEC sem popularidade? Deu ao Congresso Nacional vasto comando sobre o orçamento, tirando ainda mais de Guedes o controle dos gastos públicos. Eis a origem do Orçamento Secreto! Bolsonaro deu ao Congresso controle de alocação de verbas públicas em troca de ter aprovada as medidas que desejava para seus fins populistas-eleitorais.

As três PEC feitas entre 2021 e 2022 burlaram, de alguma forma, o Teto de Gastos, mas Guedes foi incapaz de propor sua

substituição. No fundo, Guedes foi incapaz de qualquer coisa. Sua função foi sobretudo a de justificar aos seus antigos fiadores do mercado financeiro a razão pela qual a regra fiscal era burlada hoje e também amanhã. Não que essa explicação fosse necessária, afinal todos sabem a razão das burlas fiscais, mas foi o papel que restou a Guedes.

O final da história é conhecido: Bolsonaro não conseguiu recuperar sua popularidade. Os estragos humano, econômico e social da pandemia foram demais para serem recuperados com medidas fiscais casuístas. A história, contudo, registrará para sempre que o casuísmo fiscal de Bolsonaro e Guedes faz definir a política fiscal de ambos como dispersa e reativa. Dispersa, pois sem qualquer articulação de medidas consistentes que visassem chegar a algum lugar. Reativa, pois a reboque do que fosse necessário aos anseios eleitorais de Bolsonaro, que necessitavam recuperar a popularidade perdida pela desumanidade que foi seu governo. Ao final, não foi por ser ortodoxo, nem mesmo seria se fosse heterodoxo, que Guedes entrou na história econômica brasileira. Foi por ser inepto. Sua marca jamais decorrerá da perspectiva econômica por ele adotada: sua marca sempre virá de ele não ter tido perspectiva nenhuma.



## DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO NO PRÓXIMO GOVERNO LULA

Vinicius Brandão  
Doutor em Economia pelo PPGE-UFF e pesquisador do FINDE-UFF

### ÍNDICE

A eleição para Presidência da República no Brasil em outubro de 2022 levou à vitória o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vitória atrelada a perspectiva de mudanças na política econômica de caráter ultraliberal capitaneada pelo Ministro da Economia Paulo Guedes durante o quadriênio 2019-2022. Nesse sentido, a estruturação de uma política econômica que, dentre outros resultados, colabore para a recuperação do mercado de trabalho no Brasil se faz necessária no próximo período.

Para compreender os desafios do próximo Governo com relação ao mercado de trabalho, é essencial compreender as razões que levaram o Brasil a ter uma piora significativa nessa área nos últimos anos. Dessa forma, é importante salientar que os problemas no mercado de trabalho brasileiro não se restringem apenas ao índice de desemprego, mas também à renda média dos trabalhadores, bem como ao índice de formalização dos trabalhadores empregados.

A análise da trajetória do índice de desemprego se faz necessária para compreender como esse índice se comportou frente às alterações na legislação, como no caso da Reforma Trabalhista aprovada em 2017, e também com relação à queda do nível de investimento. Portanto, como é possível verificar no gráfico 1, a taxa de desemprego no Brasil inicia uma trajetória de alta a partir do início de 2015, a qual perdura até meados de 2017. Entre meados de 2017 e o final de 2019, a taxa de desemprego se estabiliza no patamar próximo aos 12%. Entre o início de 2020 e meados de 2021,

há uma alta do índice de desemprego impactado pela deflagração da pandemia da COVID-19, entre meados de 2021 e o terceiro trimestre de 2022 há uma trajetória de queda do índice de desemprego, o qual chegou a 8,3% no trimestre terminado em outubro de 2022.

Em relação à alta do desemprego em meio à pandemia da COVID-19 é importante salientar que a taxa de desemprego já se encontrava em um patamar elevado no período que antecedeu à pandemia, portanto, o índice de desemprego durante esse período não deve ser creditado apenas aos efeitos da crise econômica gerada pela pandemia. Nesse sentido, é importante ressaltar para além da recessão brasileira no biênio 2015-2016, o impacto da adoção de políticas pró-cíclicas durante a recessão, bem como, a queda recorrente do investimento público em participação do PIB.

A trajetória do investimento público no Brasil em proporção do PIB assume uma tendência de queda a partir de 2011 após um período de alta entre 2006 e 2010 (gráfico 2), a queda do investimento público em proporção do PIB perdura até o ano de 2017 quando passa a ficar estável na casa dos 2%. Como apontado em Brandão (2022) há uma congruência entre a queda do investimento em proporção do PIB no Brasil e alta do nível de desemprego, essa queda do investimento público em consonância com a elevação do desemprego pode ser verificada não apenas durante a recessão de 2015-16 como também durante a década de 1990 em meio à



adesão do Brasil às políticas econômicas indicadas pelo Consenso de Washington.

Além disso, é importante ressaltar que diferente do argumento neoliberal com relação ao investimento público, Reis et al (2019) apontam que não se verifica no Brasil o efeito *crowding-out*<sup>1</sup> do investimento público no período entre 1982 e 2013, ou seja, não há queda do investimento privado devido à elevação do investimento público. As autoras apontam ainda que no período entre 2004 e 2010 verifica-se no Brasil o efeito *crowding-in*, ou seja, o investimento público colabora para que haja uma elevação do investimento privado. Os resultados encontrados no trabalho supracitado corroboram com a hipótese keynesiana de que o investimento público deve complementar o investimento privado. Portanto, ao passo em que se adotou uma política econômica de redução do investimento público, essa medida contribuiu também para a queda do investimento privado e perda de dinamismo da demanda agregada. Nesse sentido, a redução dos investimentos público e

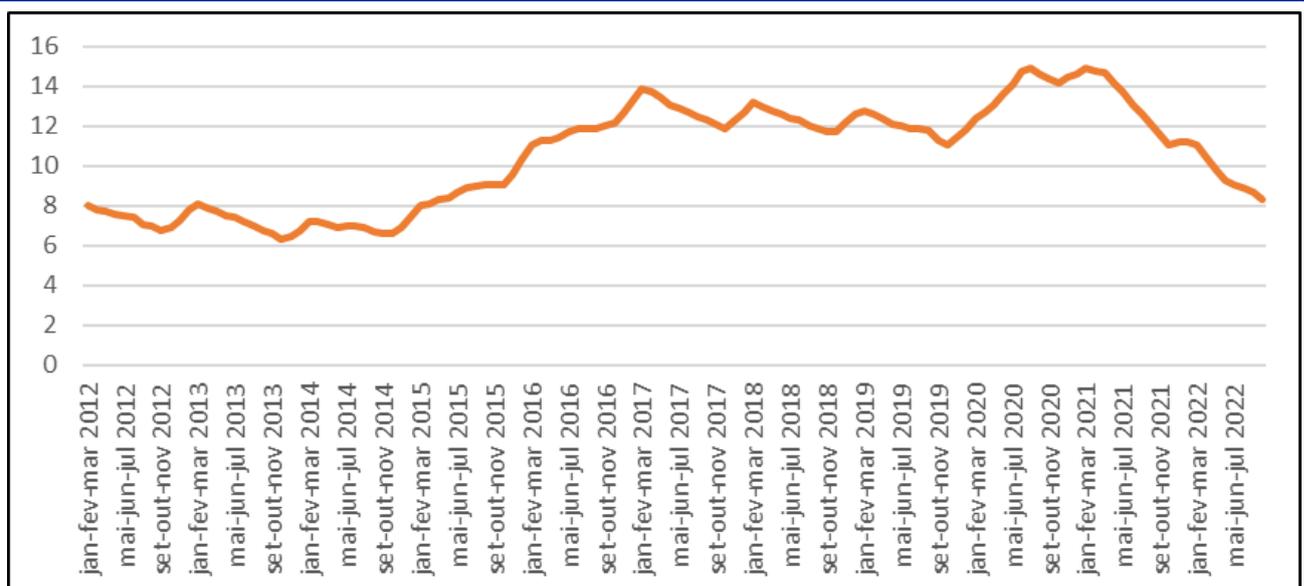
privado contribuíram ao longo do período recente para a elevação do índice de desemprego.

O investimento público é uma variável chave da política econômica para fomentar o desenvolvimento, visto que mesmo que se crie incentivos fiscais para que o setor privado aumente os investimentos, não há garantia de que os investimentos privados irão realmente serem elevados. Nesse sentido, o investimento público se apresenta como o principal *push* para que o Estado possa induzir o crescimento econômico e consequentemente levar ao crescimento do nível de emprego no país.

### Reforma trabalhista e informalidade no mercado de trabalho

A Reforma Trabalhista foi aprovada em 2017 sob a justificativa de aumentar o número de postos de trabalho a partir da geração de uma maior facilidade para as empresas contratarem empregados. Na prática, essas facilidades visavam permitir que as empresas pudessem contratar funcionários sem carteira de trabalho assinada

**Gráfico 1 – Taxa de desemprego no Brasil (em %)**



Fonte: PNAD Contínua – IBGE. Elaboração própria.

<sup>1</sup> O efeito *crowding-out* é uma ideia defendida principalmente pelas Escolas Monetarista (FRIEDMAN, 1962) e Neoclássica (LUCAS, 1983).



sem incorrer em ilegalidade, nesses casos os trabalhadores poderiam ser contratados como prestadores de serviços a partir da abertura de um CNPJ ou ainda como autônomos.

Além disso, entre os principais pontos da Reforma Trabalhista estão a regularização do trabalho intermitente e do regime de trabalho parcial, os quais permitem inclusive a remuneração abaixo do salário-mínimo. Filgueiras (2019) aponta que de forma geral, o argumento central dos defensores da Reforma Trabalhista é a redução dos custos do trabalho e essa redução de custos por si só teria a capacidade de gerar novos postos de trabalho.

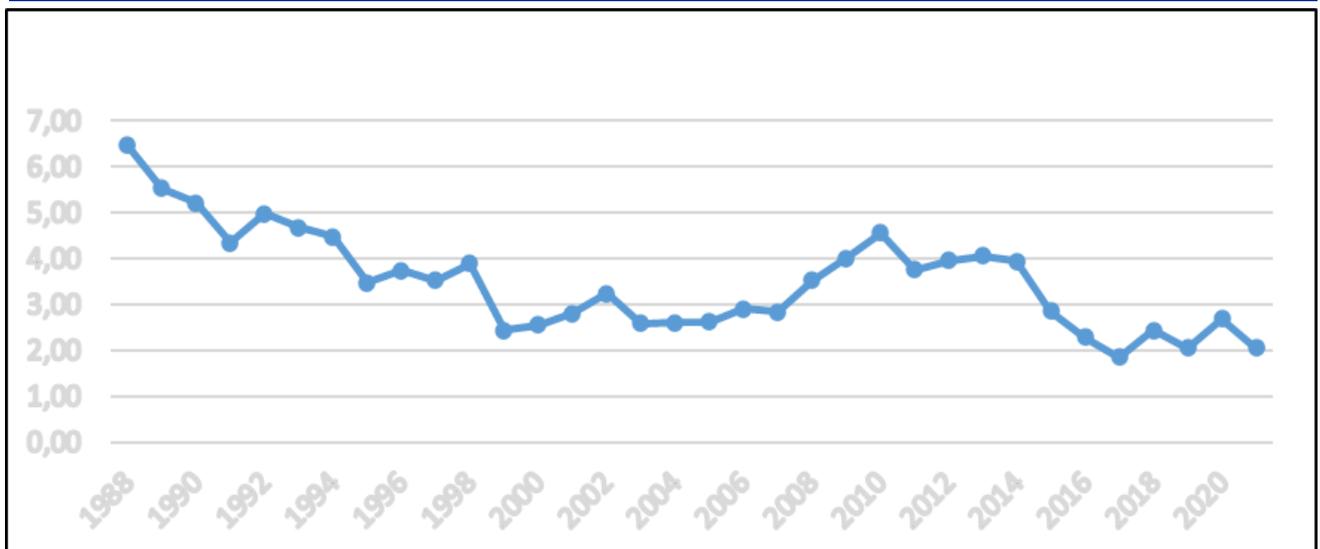
Todavia, em análises dos efeitos da aprovação da Reforma Trabalhista nos primeiros anos após a sua aprovação não apresentam uma melhora no patamar do desemprego no Brasil, além de ter aumentado a quantidade de

contratações sob os regimes de trabalho parcial e intermitente. Krein e Oliveira (2019) apontam que entre novembro de 2017 e junho de 2019 a participação das contratações de trabalhadores sob regime parcial ou intermitente aumentaram de forma recorrente, com relação às 10 principais categorias que permitem o trabalho intermitente, cerca de 48% das novas contratações eram nesse regime, além disso entre as ocupações que permitem o regime parcial, o índice de contratações nessa modalidade era superior à 51%. Ainda segundo os autores, outro ponto negativo é relacionado aos rendimentos auferidos pelos empregados contratados nos regimes de trabalho parcial e intermitente, os quais são em média menores que os trabalhadores contratados em regime integral.

Em meio a esse novo arcabouço institucional do mercado de trabalho brasileiro, verifica-se a recuperação do nível de emprego a partir do segundo semestre de 2021 (ver gráfico

**... o investimento público se apresenta como o principal *push* para que o Estado possa induzir o crescimento econômico e consequentemente levar ao crescimento do nível de emprego no país.**

**Gráfico 2 – Investimento público (% do PIB)**



Nota: A série de investimento público aglutina o investimentos realizados pelo Governo Geral e pelas empresas públicas federais.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE e Observatório de política fiscal – FGV/IBRE.



1). A taxa de desemprego em outubro de 2022 atingiu 8,3%, o menor índice de desemprego desde o primeiro semestre de 2015. Todavia, apesar da aparente recuperação do mercado de trabalho, é essencial atentar para as condições nas quais está ocorrendo a elevação do nível de emprego no Brasil. Nesse período entre o segundo semestre de 2021 e outubro de 2022 há uma trajetória de queda do desemprego, contudo essa ocorre sob a liderança da elevação dos empregos informais e de trabalhadores por conta própria, além de também ser verificada uma queda no rendimento médio real do trabalhador brasileiro.

Com relação ao rendimento médio real, verifica-se uma queda a partir de outubro de 2020, a qual perdura até dezembro de 2021. Apesar do índice iniciar um processo de recuperação, o rendimento médio real no Brasil ainda se encontra no mesmo patamar de meados de 2017 e abaixo do valores verificados ao final de 2014 (ver gráfico 3). Dessa forma, compreende-se que a recuperação do nível de emprego no Brasil está acontecendo sob o crescimento de postos de trabalho de menor qualidade, seja pela redução proporcional do acesso aos empregos com carteira de trabalho assinada, seja pelo rendimento real menor dos postos de trabalho que estão sendo criados a partir de 2021.

Para compreender melhor a origem dos postos de trabalho gerados durante a redução do desemprego entre 2021 e 2022, é possível analisar a participação de cada tipo de emprego no total de empregados. Nesse sentido, segundo a PNAD Contínua a participação dos postos de trabalho no setor privado com carteira assinada no total de empregados oscilou entre 36,0 e 36,5% entre o trimestre terminado em julho de 2021 e o trimestre terminado em setembro de 2022. Ao passo que a participação dos trabalhadores no setor privado sem carteira assinada oscilou de 12,0% para 13,3% no mesmo período. Para

efeitos de comparação, até o trimestre terminado em junho de 2015, a participação da população empregada no setor privado com carteira assinada superava os 40%.

Dessa forma, para além do rendimento médio menor auferido durante a recuperação do nível de emprego, verifica-se que mesmo com a queda do desemprego, essa não está sendo acompanhada pela queda da informalidade no mercado de trabalho, pelo contrário, os dados apresentam que parte importante dessa elevação do nível de emprego está justamente concentrada nos postos de trabalho informais. É importante apontar que em momentos de crise econômica, o aumento da informalidade no mercado de trabalho é um movimento natural do trabalhador em busca de recompor a renda frente às dificuldades no mercado de trabalho formal. Todavia, ao passo que se inicia uma recuperação da atividade econômica, espera-se que ocorra o movimento inverso, ou seja, uma migração dos trabalhadores informais para os postos de trabalho formais. Portanto, o que se verifica no mercado de trabalho brasileiro nos anos recentes é uma deterioração das condições do mesmo, além de uma dificuldade de recuperação do mesmo frente à flexibilização das leis trabalhistas a partir da reforma aprovada em 2017.

Ademais, a redução da formalização no mercado de trabalho tende a dificultar a recuperação do crescimento econômico. Visto que além do rendimento médio menor, há a redução do acesso a direitos trabalhistas, tais como décimo terceiro salário, férias remuneradas, multa por rescisão contratual sem justa causa, seguro-desemprego, entre outros. Essa diminuição do acesso a direitos trabalhistas gera uma maior insegurança para os trabalhadores, fator que contribui também para um menor nível de consumo das famílias, além de colocar parte importante das famílias brasileiras sob maior vulnerabilidade econômica e social.



## Desafios do próximo governo em relação ao mercado de trabalho

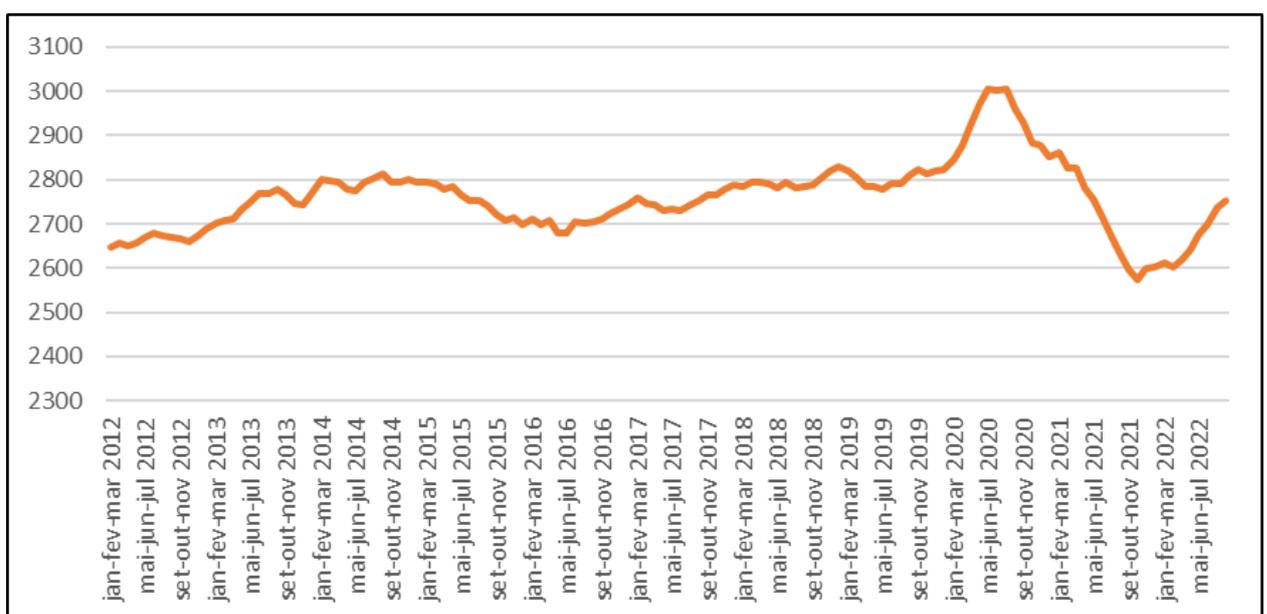
O novo governo que se iniciará em 1 de janeiro de 2023 assumirá sob a expectativa retomar o crescimento econômico sustentável e consequentemente melhorar as condições do mercado de trabalho no Brasil. Alguns fatores são essenciais nesse processo, sobretudo com relação à entraves institucionais criados pela Reforma Trabalhista mas especialmente pelo Teto dos Gastos, aprovado em 2016. A política fiscal expansionista, especialmente, em períodos de baixo crescimento econômico e deterioração do mercado de trabalho se faz necessária, especialmente em relação ao investimento público.

Para além da recuperação do nível de investimento no Brasil, é imprescindível conceder atenção para a quantidade de trabalhadores sem qualquer cobertura de seguridade social. Nesse sentido, alguns tópicos devem ser colocados no centro do debate, como a revogação da Reforma

Trabalhista aprovada em 2017 mas também o reconhecimento dos trabalhadores de aplicativos de rede como funcionários das empresas que funcionam a partir desses aplicativos. Nesse sentido, para além da redução do nível de desemprego é necessário incrementar a qualidade dos postos de trabalho criados, criar condições para que o rendimento médio real do trabalho volte a subir e haja acesso a direitos trabalhistas para a grande massa de trabalhadores no país.

Para além disso, é importante inserir no debate políticas econômicas diretas com objetivo de alcançar o pleno emprego. Nesse sentido, políticas como o Programa Garantidor de Emprego (da sigla em inglês Job Guarantee), o qual visa eliminar o desemprego involuntário se apresenta como uma alternativa a ser avaliada e debatida. O Programa Garantidor de Emprego foi idealizado pelo economista estadunidense Hyman Minsky (1986) e é tema de debate de autores contemporâneos, inclusive acerca da viabilidade de implantação do mesmo no Brasil (BRANDAO, 2022; DECCACHE et al, 2022).

**Gráfico 3 – Rendimento médio real - 2012-2022 (em R\$)**



Fonte: PNAD Contínua – IBGE. Elaboração própria



Não resta dúvidas, de que frente à conjuntura política atual do Brasil, a tarefa de implementar políticas econômicas como expansão dos investimentos e gastos públicos com objetivo de incrementar as condições do mercado de trabalho será uma tarefa árdua. Essa tarefa se apresenta com ainda mais dificuldades quando se analisa a composição do Congresso Nacional no Brasil e a convenção gerada pelo *mainstream* econômico de que é necessário alcançar a consolidação fiscal para atingir o crescimento econômico sustentável (tese nunca comprovada empiricamente) ou mesmo a comparação equivocada do orçamento público com o orçamento de uma família que costuma ser amplamente difundida nos grandes veículos de imprensa. Contudo, é importante aprofundar o debate acerca das políticas necessárias para que haja não apenas a redução do desemprego, mas também melhores condições de trabalho e uma política econômica que vise alcançar o pleno emprego.

### Bibliografia

BRANDAO, V. 'Macroeconomia sob financeirização: a viabilidade do Programa Job Guarantee no Brasil'. *Tese de Doutorado – UFF*, 2022.

DECCACHE, D., VILELLA, C., e JORGE, C. 'Programa de Garantia de Empregos no Brasil'. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, vol 12,

ed. 2201, 2022: 5-17.

FILGUEIRAS, V. 'As Promessas Da Reforma Trabalhista: Combate Ao Desemprego e Redução Da Informalidade'. In KREIN, J., OLIVEIRA, R. e FILGUEIRAS, V. (orgs). *Reforma Trabalhista No Brasil: Promessas e Realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019: 13-52.

FRIEDMAN, M. *Capitalism and Freedom*. University of Chicago Press, 1962.

KREIN, J., e OLIVEIRA, R. 'Para Além Dos Discursos: Impactos Efetivos Da Reforma Nas Formas de Contratação'. In KREIN, J., OLIVEIRA, R. e FILGUEIRAS, V. (orgs). *Reforma Trabalhista No Brasil: Promessas e Realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019: 81-126.

LUCAS, R. 'Understanding Business Cycles'. In *In Studies in Business-Cycle Theory*, by R. LUCAS. Cambridge: MIT Press, 1983.

MINSKY, H. *Stabilizing an Unstable Economy*. New York: McGraw-Hill, 1986.

ORAIR, R. "Investimento Público no Brasil: Trajetória e relações com o regime fiscal". *Texto para Discussão IPEA 2215*, 2016.

REIS, C., ARAÚJO, E. e GONZALES, E. 'Public Investment Boosted Private Investment in Brazil between 1982 and 2013'. *Journal of Economic Issues* 53, no. 3, 2019: 813-40.



## COMBINAÇÃO DE POLÍTICAS MONETÁRIAS E FISCAIS ENTRE 2019 A 2022: A ENTREGA FINAL BOLSONARISTA DE RESULTADOS À SOCIEDADE E ALGUMAS SUGESTÕES PARA O MANDATO LULA III

Luciano Luiz Manarin D'Agostini

Professor do Instituto Federal do Paraná e pesquisador do FINDE/UFF

### ÍNDICE

Finaliza o governo Bolsonaro, entra o governo Lula III. A combinação de políticas econômicas de Bolsonaro resultam(ram) nas seguintes entregas à sociedade, e que será o ponto de partida ao próximo governo: (i) continuidade do desemprego estrutural com taxa de desocupação de 8,3% e taxa de subutilização da força de trabalho de 19,5 %<sup>10</sup>; (ii) inflações acumuladas do IPCA e IGPM desde o início do mandato até novembro de 2022, respectivamente, de 25,74% e de 63,37%; (iii) perda real do poder de compra do salário médio do trabalhador, até outubro de 2022, de 33,19% pelo IPCA e 70,82% pelo IGPM; (iv) taxa de juros nominal, taxa de juros real ex ante e *ex post*<sup>2</sup>

altas, respectivamente de 13,75% a.a., 9,18 % a.a. e 6,67% a.a; (v) regras fiscais<sup>3</sup> diversas, estruturadas nas últimas décadas, e que combinadas, são estruturalmente pró-cíclicas e que impedem a promoção do desenvolvimento econômico e crescimento do produto impulsionado pelo Estado; (vi) aumento da desigualdade social<sup>4</sup>; (vii) aumento da miséria<sup>5</sup>, pobreza<sup>6</sup>, e insegurança alimentar<sup>7</sup>; (viii) aumento do endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (RNDBF) de 60% em setembro de 2022 ante a 46,5% em janeiro de 2022 (que já era alto)<sup>8</sup>; (ix) aumento da inadimplência das famílias com o Sistema

<sup>1</sup> Dados do IBGE, até 30 de outubro, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/35631-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-8-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-19-5-no-trimestre-encerrado-em-outubro>

<sup>2</sup>As taxas de juros reais correspondem a taxas de juros nominais descontadas as taxas de inflação dos períodos analisados. Os juros reais ex-post referem-se a períodos passados, enquanto os juros reais ex-ante são aqueles esperados para períodos futuros. A taxa real ex-post da economia brasileira foi calculada como a taxa Selic efetiva acumulada nos últimos 12 meses, descontada a inflação acumulada no mesmo período. A taxa ex-ante é medida pela expectativa de taxa de juros futuros – considerou-se a taxa dos swaps DI pré 360 dias – subtraindo-se a expectativa de inflação para os 12 meses à frente – obtida da pesquisa Focus, de 05/12/2022, realizada pelo Banco Central do Brasil.

<sup>3</sup>Combinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei do Plano Plurianual, da Lei da Regra de Ouro e das regras fiscais do Teto dos Gastos.

<sup>4</sup>A desigualdade social é a diferença existente entre as diferentes classes sociais, levando-se em conta fatores econômicos de renda, educacionais e culturais. O aumento da desigualdade social limita à sociedade ao acesso a direitos básicos, como: direito ao trabalho, direito à moradia, direito à propriedade, saúde de qualidade, acesso à educação, boas condições de transporte e locomoção, entre outros.

<sup>5</sup>Desde janeiro de 2019 até setembro de 2022, o número de pessoas no Brasil que vivem na extrema pobreza inscritas no Cadastro Único aumentou de 39 milhões (18,48% da população) para 49,1 milhões (22,83% da população) de habitantes. Dados disponíveis em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br>

<sup>6</sup> Estudo de Neri (2022), chamado de “Mapa da Nova Pobreza” no Brasil, disponível em <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> mostra que o contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 mensais atingiu 62,9 milhões em 2021, cerca de 29,6% da população, ante a 53,3 milhões de pessoas em 2019, que representava 25,3% da população.



Financeiro Nacional; (x) aumento da desindustrialização com perdas de empregos industriais com respeito ao emprego total e com a continuidade da queda da participação do produto industrial no produto nacional; (xi) precarização ainda maior do setor de serviços, este tipicamente com empregos não sofisticados e não complexos.

Comparado com 181 países<sup>9</sup>, dados atualizados em novembro de 2022, o Brasil encontra-se em 148º lugar no ranking de taxa nominal de juros de curto prazo (sendo 22º lugar no ranking de maior taxa de juros nominais<sup>10</sup>); 46º lugar no ranking de inflação; 119º lugar no ranking de taxa de desocupação, 88º lugar no ranking de crescimento econômico e 53º lugar no ranking de complexidade econômica. Certamente são posições no ranking mundial que economistas desenvolvimentistas, progressistas e que acreditam no importante papel do Estado na Economia não gostariam de observar. No entanto é uma realidade, é a entrega do governo atual.

Para melhoras neste quadro pífio num horizonte de vários anos, é fundamental a mudança estrutural do atual arcabouço fiscal, que atualmente é pró-cíclico no Brasil, formado pela combinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano Plurianual, da Regra de Ouro, das regras fiscais do Teto dos Gastos e da inclusão desta na Constituição, do Orçamento Secreto, entre outras regras de orçamento e gestão pública.

O quadro atual das regras fiscais, com a rigidez do Teto dos Gastos, diminuiu de forma estrutural o papel do Estado na promoção do crescimento e desenvolvimento econômico e portanto, governantes futuros progressistas/desenvolvimentistas estão impedidos de realizar seus objetivos, como exemplo, melhorar as condições de vida da população, resolver problemas estruturais sociais, reindustrializar o país, melhorar o nível da ciência e tecnologia, da educação, do meio ambiente, da transição verde, da cultura, do esporte, do lazer, da segurança pública, do emprego e outros itens. A tabela 1, mostra a composição do orçamento nominal em 2022, por área de atuação do Governo, em R\$ e em % do orçamento.

Em 2022, o orçamento nominal está próximo a R\$ 5 trilhões, sendo que deste montante, quase R\$ 1,9 trilhões são despesas primárias e que, estão sobre o guarda-chuva de regras fiscais, incluso o teto dos gastos, e que somente aumentam nominalmente pela correção do IPCA, sem aumento real ao longo dos anos, até 2036 – mas podendo pela regra do teto dos gastos, ser revisada em 2026. Lembrando ainda que a população brasileira cresce a taxa próxima de 0,9% ao ano, a manutenção deste sistema faz do Estado, um apagão de oferecimentos de serviços diversos à sociedade.

Cabe notar também que, em 2022, a resistência do Banco Central em não cortar a taxa de juros SELIC, atualmente em 13,75% a.a, faz

<sup>7</sup>Em 2022, o Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>, apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

<sup>8</sup>Série n° 19882 do Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspsub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.

<sup>9</sup>Ver <https://atlas.cid.harvard.edu/> e [www.tradingeconomics.com](http://www.tradingeconomics.com).

<sup>10</sup>Países que tem maiores taxas de juros nominais que o Brasil: Sri Lanka (14,5%); Afeganistão (14,94%); Uzbequistão (15%); Liberia (15%), Paquistão (16%), Nigéria (16,5%), Kazaquistão (16,75%), Haiti (17%), Serra Leoa (17%), Moçambique(17,25%); Iran (18%), Malawi (18%); Angola (19,5%); Moldávia (20%); Ucrânia (25%); Gana (27%); Yemen (27%); Sudão do Sul (27,3%); Venezuela (57,8%); Argentina (75%) e Zimbabwe (200%).



**Tabela 1—Composição do orçamento nominal em 2022, por área de atuação do Governo, em R\$ e em % do orçamento**

Área de Atuação	R\$ e %	Área de Atuação	R\$ e %
Encargos especiais	3,1 tri (63,35%)	Essencial à justiça	8,9 bi (0,18%)
Previdência social	883,7 bi (18,07%)	Urbanismo	7,1 bi (0,15%)
Assistência social	197,8 bi (4,04%)	Relações exteriores	4,1 bi (0,08%)
Saúde	153,3 bi (3,13%)	Comércio e serviços	4,0 bi (0,08%)
Educação	130,3 bi (2,66%)	Gestão ambiental	3,7 bi (0,08%)
Trabalho	98,4 bi (2,01%)	Comunicações	3,6 bi (0,07%)
Defesa nacional	87,8 bi (1,79%)	Organização agrária	1,9 bi (0,04%)
Judiciária	42,9 bi (0,88%)	Indústria	1,8 bi (0,04%)
Reserva de contingência	42,0 bi (0,86%)	Cultura	1,7 bi (0,03%)
Agricultura	31,5 bi (0,64%)	Energia	1,6 bi (0,03%)
Administração	28,6 bi (0,58%)	Direitos da cidadania	1,1 bi (0,02%)
Transporte	19,7 bi (0,40%)	Desporto e lazer	893,9 mi (0,02%)
Segurança pública	14,6 bi (0,30%)	Saneamento	406,3 mi (0,01%)
Ciência e tecnologia	11,6 bi (0,24%)	Habitação	48,8 mi (0,00%)
Legislativa	9,4 bi (0,19%)	-	-

Fonte: Siga Brasil, painel do Cidadão—Disponível em: [www.senado.gov.br/painelcidadao](http://www.senado.gov.br/painelcidadao)

com que o acúmulo de montante de juros pagos aos detentores de dívida pública fique em torno de R\$ 700 bilhões de reais, equivalente a 7,14% do orçamento nominal em ambiente com taxa real de juros ex ante e ex post de 9,18% a.a. e 6,67% a.a, respectivamente. E ainda a transferência de renda ao setor financeiro pelo serviço da dívida em %, se aproxima das despesas com previdência social, de R\$ 883 bilhões, em ambiente onde recentemente foi executada reformas na previdência e reformas importantes no mercado de trabalho, ambos com perdas de fluxos de caixa presente e futuro para os trabalhadores. E para setores importantes para o desenvolvimento econômico, que são a soma do

resto das áreas, são as “migalhas” do orçamento. E o pior, que as migalhas não contemplam gastos do governo com investimentos em formação bruta de capital fixo e algumas transferências de renda importantes à sociedade mais vulnerável.

Quanto a sustentabilidade da dívida pública com respeito ao PIB, é um ponto importante. Atualmente o Estado tem estruturalmente emissões e composição da dívida em moeda local, soberana e amplamente aceita. E é pagável.

E pensando em sustentabilidade da dívida, na hipótese mudança das regras fiscais, no intuito de ampliar gastos essenciais ao desenvolvimento econômico, o lado fiscal não pode ser pensado



somente pelo lado das despesas. É necessário discutir o lado das receitas do governo também. São bem vindas à sociedade o implemento de formas de receitas públicas adicionais em pontos dispersos, aberrantes e muito distantes da médias de renda e patrimônio. Repensar e operacionalizar impostos sobre heranças bilionárias, em rendas aberrantes, em acúmulos de patrimônio bilionário e concentrado, no mercado financeiro como na distribuição dos dividendos aos acionistas, em alguns setores, p.e, que exportam commodities minerais e agrícolas. Existem amplas distorções, a maioria visível e muito bem documentadas em diversos trabalhos, e que não pode ser negligenciável no arcabouço das reformas fiscais no governo Lula III.

É necessário também melhorar a composição do orçamento (melhor divisão) e aumentá-los (mais recursos como proporção do PIB) em diversos setores como ciência e tecnologia, educação, saúde, indústria, comércio, serviços, justiça, esporte e lazer, saneamento, energia, meio ambiente e programas sociais. É necessário também ampliar a proporção de servidores públicos com respeito ao tamanho da população e/ou da população economicamente ativa. No governo atual este tema foi negligenciado, dado a estrutura do Teto dos Gastos e suas regras fiscais.

Atualmente o número de servidores públicos no Brasil está em torno de 11,5% da população economicamente ativa, enquanto esse percentual, em países membros da OCDE, segundo documento chamado de *Government at a Glance (2021)*, produzido pela própria OCDE, é de 21,1%. E nos países nórdicos e países do leste europeu, os números estão entre 35% a 27% do total da população economicamente ativa. O número de trabalhadores públicos no Brasil também está longe dos mais altos do planeta, em

proporção da população encontra-se em 5,6%.

Uma sugestão seria economizar em montante de juros pagos, reduzindo a taxa SELIC, contratar trabalhadores públicos a toque de caixa por concurso, combinados com algumas políticas de preços para reduzir a inflação no setor de energia e alimentos. O não privatizar estatais aqui ou reestatizá-las seria uma alternativa. Outra utilizar parte do orçamento público para formação de estoques de alimentos, algo que foi desmontado no governo Bolsonaro. Existem sim, muitas formas de reconduzir e combinar boas políticas públicas.

Quanto aos gastos pesquisa e desenvolvimento, para promoção da ciência e tecnologia, o Brasil gasta em 2022, algo como 0,12% do orçamento nominal (inclusive serviços da dívida pública), e 0,24% do orçamento primário, com uma trajetória de participação no orçamento primário em declínio e com participação sobre o PIB quase que beirando 0%. Essa é uma trajetória oposta de mais de 40 nações que estão no topo do ranking de complexidade econômica, divulgado pela Universidade de Havard, como Japão, Singapura, Alemanha, Suíça, Israel, Coréia do Sul, que investem entre 3 a 5% do PIB nessa área. E todos esses países que estão no primeiro quartil no ranking de complexidade econômica, passaram a investir mais na área de P&D após o anúncio da crise sanitária do Covid 19. E dentro do arcabouço de regras fiscais e composição do orçamento é necessário este incremento.

Tomando como base 100 países com menor taxa de desocupação<sup>11</sup> (atualmente entre 0,1% a 5%, sendo que o Brasil não está nesta lista) percebe-se que há: (i) correlação forte entre taxa de juros e inflação, 0,92, significando claramente o papel do Estado, através dos bancos

<sup>11</sup> Ver em [www.tradingeconomics.com](http://www.tradingeconomics.com)



centrais, para instrumentalizar as taxas de juros como um método importante para estabilizar a inflação, (ii) correlação de 0,12 (estatisticamente não significativo) entre taxa de juros nominal e taxa de desemprego e correlação de -0,04 (estatisticamente não significativo) entre taxa de juros real e taxa de desemprego; (iii) correlação positiva não desprezível entre déficit primário público com respeito taxa de desocupação, de -0,39.

Aqui, nota-se um detalhe importante: déficit primários expansionistas e contra cíclicos, provocados com incrementos de investimentos públicos diminuem a taxa de desocupação, sendo déficit primário um resultado fiscal trivial encontrado em mais de 100 países no ano de 2022, sendo que em 87 deles houve expansão de investimentos públicos e que confere ao Estado, o importante papel de indutor da economia e na geração de empregos e/ou manutenção da taxa de desocupação em níveis baixos.

Pois bem, o Brasil tem déficit fiscal nominal em 2022, com superávit no orçamento primário, e uma melhora do quadro de taxa de desocupação no pós pandemia (onda 2 e 3), uma vez que antes dela existia uma taxa de desocupação beirando 14% e de subutilização da força de trabalho beirando 35%. Mas por quê os números da taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho no Brasil, mesmo com déficit nominal de 4,5% do PIB, comparados com outros países, nos coloca ainda numa posição muito ruim a nível mundial? Além disto por quê o Brasil, tem uma das maiores taxas de juros reais do mundo (está na 4ª posição) perdendo apenas para Yemen, Sudão do Sul e Libéria? As respostas estão, em parte, no obsolescimento das regras fiscais, e na outra parte, na

leitura do banco central com respeito à espécie de inflação - discussão de choques de inflação por problema de oferta que na visão pós keynesiana não se combate com taxas de juros e discussão de inflação por choques de demanda, esta sim se combate com taxa de juros, como estabilizá-la, o papel da taxa de juros na taxa de câmbio, o *pass-trought* câmbio-inflção e o *timing* de manutenção do ciclo de aperto monetário via aumento da taxa de juros.

Para 2023, a discussão recente tem concentrado inicialmente nas mudanças a serem realizadas no orçamento federal primário e no arcabouço de regras fiscais. A PEC da transição, que tramita no Congresso e Senado, discute algo próximo a R\$ 150 bilhões a mais para o orçamento de 2023. É uma PEC que vai em linha com promessas de campanha do governo Lula III<sup>12</sup> e que inclui: (i) para o Auxílio Brasil (que deve voltar a ser nomeado de Bolsa Família), manter os R\$ 600 e mais um adicional de R\$ 150,00 por criança de até 6 anos para as famílias beneficiadas; (ii) aumento real do salário mínimo em 2023, acima da inflação; (iii) o programa Farmácia Popular, que é um dos repasses de recursos para a saúde; (iii) contemplação de repasse de recursos para merenda escolar, alínea da área de educação. Mas ainda não é uma mudança estrutural no arcabouço fiscal para o Brasil se desenvolver.

É algo insano, manter o Teto dos Gastos e regras fiscais estruturais obsoletas, sem instrumentalização prática de políticas econômicas anticíclicas, sem investimento público incluído no orçamento para vários setores chaves da economia com objetivos de viabilizar o crescimento sustentável de curto e longo prazo. Hoje, não há gastos governamentais

<sup>12</sup> Para que seja possível executar despesas além das previstas no orçamento de 2023, embutidas dentro dos limites impostos pelo Teto dos Gastos, o governo teria que ultrapassar o limite do teto de gastos. Para que isso não seja preciso, a PEC propõe alterar o texto da Constituição para permitir que despesas não contabilizem dentro do teto. Dessa forma, manter o valor do Auxílio e executar o reajuste do salário mínimo, por exemplo, não configuraria ato de irregularidade fiscal.



estruturais e planejamento do Estado para reindustrializar o país, gerar empregos sofisticados e complexos, seja no setor de serviços ou na indústria.

E também existem discussões com respeito ao serviço da dívida pública, dado pela transferência de renda ao mercado financeiro, indexadas a taxa de juros, inflação ou pré fixados balizados em SELIC, estes que não estão embutidas no orçamento primário e sim no orçamento total, dito orçamento nominal.

E sobre a dívida pública brasileira, é um dos pilares da economia brasileira. Ela está em torno de 5,5 trilhões de reais. São títulos da dívida pública que o governo carrega como passivo ao longo do tempo, ao longo da história da economia brasileira, que foram emitidos e que são contrapartida da poupança das empresas e famílias, ou seja, são boa parte dos ativos financeiros do setor privado. Estes trilhões em títulos públicos são alocados em carteiras e fundos de investimentos: fundos DI, fundos de pensão, previdência privada, etc, etc. Os fundos de pensão, que carregam quase R\$ 1 trilhão em ativos em 2022, tem a maior parte disto balizada em títulos da dívida pública e conseqüentemente, seus retornos são indexados a tais títulos. No Brasil e em boa parte dos países, os títulos públicos são os ativos mais líquidos e mais seguros entre as diversas classes de ativos. Toda a poupança líquida, em grande parte, está ancorado, lastreado e balizado em títulos públicos (Tesouro pré-fixado, tesouro indexado em IPCA, tesouro indexado a SELIC).

Esta riqueza líquida das famílias e empresas, que está alocado em ativos baseados em títulos públicos, é sensível a movimentos de política monetária e fiscal. Quando observamos os detentores da dívida pública, estes adquiriram a dívida pública porque existe uma promessa de rentabilidade, seja via rentabilidade pós fixada em

juros, pós fixado em inflação ou pré-fixado.

Estes ativos líquidos, adquiridos pelas famílias e empresas, é uma riqueza do setor privado, foram comprados em um sistema contratual, com obrigações públicas de pagamento, com data e rentabilidades balizadas acordadas. Com dívida pública emitida em moeda local, honrada ou rolada também em moeda local, se torna raro observar calote da dívida interna em ambiente democrático. O governo pode tributar, emitir mais dívida ou emitir moeda para pagar credores. Claro, existem restrições ao aumento ilimitado da dívida. E aqui é necessário pensar no orçamento público, pelo lado das receitas e despesas.

E impactos da política fiscal e monetária tem papel fundamental no mercado de dívida pública, uma vez que agentes econômicos que operam no mercado financeiro são sensíveis a mudanças, fazendo movimentos de compra ou venda que aumentam ou diminuem suas riquezas financeirizadas em títulos públicos.

## Referências

Neri, Marcelo. 2022. Mapa da Nova Pobreza. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 – FGV, 40p. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>

OECD (2021), Government at a Glance 2021, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1c258f55-en>

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Rede PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. ISBN: 978-65-87504-54-4. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>



Secretaria de avaliação e gestão da informação do Ministério da Cidadania. 2022. VIS DATA 3 beta, série número de pessoas no Brasil que vivem na extrema pobreza inscritas no Cadastro Único. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br>

The Growth Lab at Harvard University. The Atlas of Economic Complexity. Disponível em: <http://www.atlas.cid.harvard.edu>



## A CRESCENTE FRAGILIDADE FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA É UM DESAFIO PARA NOVO GOVERNO

Paula Marina Sarno

Ex- analista da Comissão de Valores Mobiliários, pesquisadora de pós-doutorado da UFF e pesquisadora do Finde/UFF

Carmem Feijó

Professora titular da UFF e coordenadora do Finde/UFF

### ÍNDICE

A inclusão financeira das famílias, via acesso a crédito, tem sido uma característica marcante na economia brasileira desde 2005. Tal processo, no entanto, foi assumindo motivações e características bem diferentes com consequências também bem distintas sobre a vida das famílias. O objetivo desta nota é apresentar uma análise dos indicadores de fragilidade financeira para explicar mais claramente as diferenças entre distintos momentos.

Numa primeira fase, destacou-se o papel do crédito em estimular o consumo das famílias e o crescimento da economia, já ressaltado por diversos autores. A expansão do endividamento e do comprometimento da renda das famílias com o serviço de dívidas numa fase ascendente do ciclo econômico implicou um aumento no padrão de vida das famílias, via aumento do consumo.

O quadro mais recente é, porém, bastante diferente. Desde a recessão de 2015/16, o contexto é de estagnação econômica, reforçada pela desmobilização de políticas públicas, em especial na área da saúde, e, posteriormente, os efeitos da pandemia, e, ainda, a partir de 2021 inflação e elevação da taxa de juros.

Nesse segundo momento diferentemente da trajetória do crédito às empresas, o crédito livre direcionado à pessoa física pelas instituições financeiras em relação ao PIB não apresenta

queda, tendo se mantido praticamente estável de 2017 a 2018, e assumindo uma trajetória de crescimento a partir do final de 2018, passando de 13,6%, em dezembro de 2018, para 18,2%, em setembro de 2022. No contexto de estagnação econômica, o aumento do crédito expandiu o endividamento e o comprometimento da renda das famílias com as dívidas. Agora, porém, ao contrário da primeira década dos anos 2000, num contexto de queda da renda e de piora nos indicadores de fragilidade financeira.

De acordo com Minsky (1975), fragilidade ou vulnerabilidade financeira é definida como o grau de exposição a possível descasamento dos fluxos financeiros de entradas e saídas de recursos (pagamentos e recebimentos). Tais fluxos estariam fortemente determinados pelos termos em que a unidade se endividou (prazo e custo) e pelos recursos que disponíveis (renda, reservas líquidas, etc), para honrar os pagamentos do principal e dos juros das dívidas contraídas, além das despesas correntes<sup>1</sup>.

Alguns indicadores indicam o grau de vulnerabilidade financeira das famílias. Primeiramente pela importância nas estruturas de dívida de créditos de menor qualidade, ou seja, de maior custo e menor prazo. Quanto maior a participação desses créditos maior serão as obrigações com pagamentos decorrentes de dívidas no curto prazo e maior será o risco de

<sup>1</sup> Ver Minsky, H.P. 1975. 'Suggestions for a cash flow-oriented bank examination.' In Proceedings of a Conference on Bank Structure and Competition, edited by The Federal Reserve Bank of Chicago. Chicago, IL: Federal Reserve Bank of Chicago e Minsky, 2016. Can 'It' Happen Again? Essays on Instability and Finance. New York, NY: Routledge.



descasamento dos fluxos de pagamentos e recebimentos, e, portanto, maior a fragilidade financeira.

O aumento da fragilidade financeira também pode ser medido pelo comprometimento da renda disponível com o serviço da dívida. Isto ocorre tanto pelo aumento da participação dos créditos de pior qualidade, e, também, diante da redução da renda disponível e/ou do aumento de sua instabilidade.

A inadimplência é outro indicador de fragilidade financeira, sendo uma consequência do descasamento de fluxos financeiros num contexto de elevado comprometimento da renda das famílias, que impossibilita às famílias fazerem frente aos pagamentos decorrentes das dívidas.

O elevado e crescente comprometimento da renda disponível das famílias com o serviço da dívida num contexto de queda e instabilidade da renda, além de elevar a inadimplência, tende a ameaçar o nível de sobrevivência das famílias, assim como ocorre a situação de falência no caso das empresas. Essa está entre uma das consequências mais diretas e preocupantes da elevação do nível de vulnerabilidade financeira e afeta particularmente famílias das faixas de renda mais baixas de comprometerem seu nível mínimo para sobrevivência.

### **A fragilidade financeira das famílias antes e durante a pandemia: a importância das políticas de rendas**

O indicador de comprometimento da renda mensal calculado pelo Banco Central do Brasil

refere-se ao valor mensal dos serviços decorrentes das dívidas – juros e amortizações – sobre a massa salarial ampliada disponível (salários + aposentadorias + transferências sociais – impostos).

Esse indicador, considerando os créditos à pessoa física excluído os pagamentos relativos ao crédito habitacional, demonstrou crescimento médio entre 2018 e 2019, tendo porém reduzido em 2020, decorrente dos efeitos das medidas tomadas no auge da pandemia, em especial, o Auxílio Emergencial que reduziu o acesso ao crédito mais caro, como o crédito rotativo, por parte da população mais vulnerável; a ampliação do consignado, cujas taxas de juros são, em geral, mais baixas que as demais modalidades e as prestações são amortecidas num prazo mais longo, e a amplitude da ocorrência de processos de renegociações de dívidas.<sup>2</sup>

No entanto, já ao longo do segundo semestre de 2021, com o fim ou o abrandamento dos efeitos desse conjunto de medidas, esse quadro começa a mudar.

Dado relevante é o uso do cartão de crédito rotativo pela parcela da população mais vulnerável. Verifica-se variações nas concessões da modalidade de crédito rotativo à medida em que ocorre a liberação, redução e suspensão das transferências de recursos por conta do Auxílio Emergencial. Na primeira fase do Auxílio Emergencial, em que os recursos transferidos foram mais significativos e de maior abrangência – beneficiou 67,9 milhões de pessoas (cinco

<sup>2</sup> A adoção extensiva de renegociações de dívidas, estimulada por novas regras adotadas pelo CMN. O CMN autorizou a reclassificação das operações de crédito renegociadas entre março e dezembro de 2020 para o nível em que estavam classificadas em fevereiro, resultando na redução das exigências de provisionamento nos balanços dessas instituições. Adicionalmente, o estímulo ao crédito consignado, a fonte mais barata de crédito livre às famílias com o aumento da margem de consignação.

A Medida Provisória 1.006, de 01 de outubro de 2020, aumentou a margem do crédito consignado de 35% para 40%, e com a Lei 14.131 de 30 de março do ano seguinte, esse limite se estende até 31/12/2021. Ademais, vale lembrar que as regras de ampliação dos limites do consignado também permitiu a concessão de carência por até 120 dias das operações celebradas antes da Lei, assim como, também, para as novas operações.



parcelas de R\$600 e R\$1.200 - para mulheres chefes de família sem cônjuge) – foi possível verificar queda em termos reais dos valores relativos às concessões mensais de cartão de crédito rotativo, notadamente no período entre abril e julho de 2020.

O fim do Auxílio Emergencial em outubro de 2021 reduziu a renda disponível para as famílias mais vulneráveis e ampliou a participação dos créditos de pior qualidade, como os créditos rotativos. Já ao longo do segundo semestre de 2021 observa-se uma trajetória clara de crescimento real acelerado dos valores concedidos na modalidade de cartão de crédito rotativo.

Esse é, portanto, fator que contribuiu decisivamente para o quadro de elevação do nível geral de comprometimento da renda das famílias com o pagamento das dívidas<sup>3</sup>.

O indicador global de comprometimento da renda com dívidas cresce muito rapidamente justo a partir do segundo semestre de 2021, de 22,7% em junho a 25,6% em dezembro e chega a 27%, em agosto de 2022, maior valor da série.

Para os dados de inadimplência, o cartão de crédito rotativo destaca-se como a modalidade que descreveu trajetória evidente de crescimento desde início de 2021. A inadimplência do cartão de crédito rotativo, já usualmente mais elevada que as demais, cresceu no início da pandemia de 34% em janeiro de 2020 para 39% em agosto de 2020, mas, com os efeitos das medidas tomadas durante a pandemia, caiu para 25% em abril de 2021, e, a partir de então, demonstrou uma tendência de crescimento acelerado, retornando já em abril de 2022, ao patamar de cerca de 39%. Em outubro de 2022, o indicador atinge 44%, maior valor da série, suplantando inclusive os

40% de inadimplência do rotativo verificado em dezembro de 2015, auge do período recessivo. O indicador global de inadimplência demonstra uma resiliência que pode ser em grande medida explicada pelo crédito consignado.

## **Crédito consignado e a MP de junho de 2022**

O crédito consignado é outra modalidade importante no total dos créditos tomados pelas famílias. É uma modalidade que cobra taxas de juros mais baixas e tem por definição baixa inadimplência. Porém, ainda que possua baixa inadimplência, o crédito consignado não deixa de ter repercussões preocupantes para a fragilidade financeira das famílias no quadro de estagnação econômica. Num contexto de queda da renda familiar e precariedade do emprego podem justamente elevar o comprometimento da renda do servidor ou aposentado até o limite da margem de consignação, reduzindo significativamente os recursos que a família dispõe para sua sobrevivência durante um longo período, dado os prazos extensos desses empréstimos. Além disso, ao fazê-lo, expõe as famílias a recorrerem aos créditos mais caros, e, assim a possível situação de inadimplência no futuro, principalmente considerando um cenário de queda de renda média real.

Nesse contexto, a concessão de empréstimo consignado aos beneficiários de programas federais de transferência de renda autorizada pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória no 1.106, de junho de 2022, pode parecer às famílias o caminho para um alívio inicial. No entanto, essa medida já está acarretando um comprometimento crucial e imediato do valor do seu tão necessário benefício, que se estenderá no tempo e comprometerá certamente e de maneira

<sup>2</sup> Verificando a contribuição das diferentes modalidades de crédito no cálculo do comprometimento da renda individual com pagamento das dívidas, observa-se que a participação do cartão de crédito é a que mais cresce. sobe de 21% em dezembro de 2020 para 28% em junho de 2022. Ver Relatório de Estabilidade Financeira BCB, Vol. 21, no 2, novembro de 2022.



profunda as condições de vida dessa parcela da população. É provável que essas famílias tenham que muito rapidamente recorrer a linhas de crédito mais caras, e, eventualmente, ao cartão de crédito rotativo.

Em resumo, as medidas de incentivo ao acesso ao crédito pelas famílias no contexto de crescimento econômico e aumento da renda média real se transformaram, à medida em que a economia perde dinamismo a partir de 2015, em uma ameaça à liberdade econômica, principalmente das famílias de mais baixa renda. Ou seja, o endividamento em condições de queda da renda e emprego e precarização do mercado de trabalho acarretou, em especial para as famílias mais vulneráveis, o aumento da fragilidade financeira. O aumento da participação de créditos de pior qualidade, a elevação da inadimplência e a elevação do comprometimento da renda das famílias com as obrigações decorrentes das dívidas ao nível que chega a comprometer sua subsistência são características marcantes do ciclo de endividamento recente.

No quadro atual de empobrecimento das famílias e ampliação das desigualdades sociais reduzir a vulnerabilidade financeira das famílias de baixa renda do nosso país deverá ser um dos principais compromissos do novo governo eleito.



## O FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO VERDE SUSTENTÁVEL

Fernanda Feil

Economista, pesquisadora de pós-doutorado da UFF e pesquisadora do Finde/UFF

Carmem Feijó

Professora titular da UFF e coordenadora do Finde/UFF

### ÍNDICE

As devastadoras evidências sobre a seriedade da crise climática traduzidos pelos cada vez mais intensos e frequentes eventos climáticos extremos comprovam a necessidade de ação imediata. De acordo com o relatório produzido pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC (2021)* a temperatura da terra já subiu 1,1°C em relação ao nível pré-industrial. A crise climática é um problema que afetará a forma de vida em todas as suas esferas – desde as relações de produção até a forma como nos relacionamos. O relatório afirma que devemos reduzir em 43% as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030, em relação aos níveis de 2018, de forma a alcançar a meta de aumento da temperatura de até 2° C, tentando limitar a 1,5° C, estabelecidos pelo Acordo de Paris. Reverter a crise climática precisa da atuação conjunta dos Estados Nacionais, regionais e cooperação internacional operando com a missão de realizar uma transição verde sustentável<sup>1</sup>. Necessita também da atuação do público em geral, movimentos sociais, sindicatos, empresas e demais agentes do mercado, atuando em uma nova convenção social, voltada para o desenvolvimento econômico sustentável. Isso requer uma mudança nos paradigmas da sociedade.

O aquecimento global é apenas um dos aspectos da crise ecológica, que engloba extinção

em massa, contaminação dos solos e água, exaustão do solo, perda de biodiversidade, impactos na saúde dos seres humanos, derretimento das geleiras polares, acidificação dos oceanos, elevação do nível do mar, entre outros, em um conjunto de ações que quando combinadas, podem significar consequências devastadoras para a vida humana.

Enfrentar esse problema demanda um processo que irá reorientar os ativos do mundo, uma vez que será necessário mudar drasticamente a estrutura produtiva de uma indústria altamente emissora de GEE para uma com baixa intensidade em emissão. Dessa forma, a agenda de ações para enfrentar a transição climática implica reestruturação produtiva e financeira. Novas formas de políticas públicas relacionadas à necessidade de implementar um plano de transição verde sustentável implicam profundas mudanças no pensamento político e econômico, bem como reestruturação dos poderes econômicos no nível mundial. Reconstruir esse novo pensamento de forma a garantir a transição verde sustentável requer a renovação das instituições públicas, dos objetivos coletivos e dos princípios internacionais.

No mesmo sentido, financiar esse processo demanda a reordenação dos sistemas financeiros. Assim, uma nova estrutura financeira deve ser

<sup>1</sup> Transição verde sustentável é o processo de transformação de uma economia altamente intensiva em emissão de gases de efeito estufa para uma economia com baixa intensidade de emissão, que promova o desenvolvimento sustentável, ou seja, respeite os limites de recursos naturais, garantindo a inclusão social e redistribuição de renda. Esse conceito engloba o entendimento da essencialidade da preservação do meio ambiente e garantia de qualidade mínima de vida entre ecossistemas e pessoas, para promover o desenvolvimento econômico inclusivo e de longo prazo.



moldada, estrutura essa que tenha a transição verde sustentável como norte de suas ações. A lógica financeirizada e curto prazista do sistema financeiro contemporâneo é incompatível com esse processo. O desafio que se impõe é direcionar as fontes de recursos do sistema financeiro para a transição verde sustentável, cessando o financiamento a setores cinzas. Neste sentido, entende-se que uma transição verde sustentável, orientada por uma nova Convenção para o Desenvolvimento Sustentável<sup>2</sup>, é um processo de cooperação e coordenação de um plano de transição verde sustentável liderado pelo Estado. Esse é um movimento que deve englobar todos os aspectos da vida e das políticas públicas e econômicas e deve ocorrer no nível global, incorporando as necessidades e especificidades regionais.

### Propostas de financiamento

Os serviços financeiros são essenciais para a oferta de liquidez na economia, primordial para o financiamento do investimento e para o crescimento. O desenvolvimento econômico é viabilizado pela existência de sistemas financeiros aptos a ofertar financiamento o processo produtivo. As instituições financeiras são os agentes responsáveis pela transição entre escala mais baixa de produtividade para a mais alta. Assim, são as instituições financeiras por meio da oferta de liquidez, e não os poupadores, que determinam o investimento. Portanto, a existência de instituições financeiras maduras é

vital para a garantia do desenvolvimento. No entanto, a instabilidade inerente ao sistema financeiro pode limitar a habilidade dos investidores em promover um crescimento sustentável.

No sistema capitalista financeirizado, há um conflito inerente entre o capitalista financeiro e o setor produtivo. De acordo com Seccareccia, reconhecendo a importância do poder financeiro, Keynes pondera que em um mundo incerto o mercado financeiro, com alta preferência pela liquidez, vai priorizar o curto prazo em detrimento do longo prazo, coibindo o desenvolvimento de instrumentos capazes de prover o financiamento ao investimento produtivo. O resultante do conflito é a economia operando em um equilíbrio de subemprego dos fatores de produção. Nesse contexto, é necessário que o Estado, que está em posição de calcular a eficiência marginal do capital no longo prazo e com base nos ganhos sociais, assuma responsabilidades maiores para organizar o investimento diretamente. (SECCARECCIA, 2011).

Nesse sentido, os bancos de desenvolvimento surgem como protagonistas e principais responsáveis pelo financiamento ao investimento produtivo e de longo prazo, ou seja, como instituições mais apropriadas para atuar no processo de mudança estrutural na economia em direção à transição verde sustentável. A centralidade da importância da oferta de crédito e de instrumentos financeiros que atendam às demandas de liquidez no processo de

**... a agenda de ações para enfrentar a transição climática implica reestruturação produtiva e financeira. Novas formas de políticas públicas relacionadas à necessidade de implementar um plano de transição verde sustentável implicam profundas mudanças no pensamento político e econômico.**

<sup>2</sup> Uma Convenção para o Desenvolvimento Sustentável é uma mudança na missão e nas ações de um Estado por meio da coordenação de suas políticas, instituições e ferramentas em direção a uma transição verde e justa. Ela também sinaliza ao mercado privado e à sociedade que as políticas garantirão o desenvolvimento sustentável, apesar dos riscos da transição verde.



transformação produtiva na direção da transição climática aponta para a presença de instituições públicas de crédito para viabilizar o processo de transição. Assim, justifica-se a atuação dos bancos de desenvolvimento não apenas como mecanismos para minimizar as falhas de mercado ou para atuar de forma contracíclica – que por definição de ciclo econômico deve ser pontual e circunscrito aos momentos de instabilidade do ciclo financeiro. Justifica-se a intervenção do Estado na intermediação financeira devido ao papel de braço financeiro de políticas públicas. Bancos de desenvolvimento deveriam ser pensados como integrantes do *Big Government*, e na interpretação de Minsky (1996) esta estrutura pública desenvolveria instituições estabilizadoras, que teriam como função principal sustentar a geração de lucros para a validação de contratos de dívidas, mantendo a demanda agregada. Andrade e Deos (2009) sugerem então, que neste entendimento, a visão de Minsky indicaria que os bancos de desenvolvimento poderiam ser chamados de *Big Government Banks*. (ANDRADE, DEOS, 2009.)

Na eminência da crise climática, bancos de desenvolvimento têm a missão ainda mais específica da reversão da fragilidade financeira, uma vez que ao garantirem a manutenção do financiamento ao investimento de longo prazo, viabilizam a mudança estrutural direcionada à transição verde sustentável. Bancos de desenvolvimento com essa missão e que atuam inseridos em uma política ampla do Estado, concatenando as demais políticas públicas e econômicas, podem garantir que o fluxo de financiamento ao investimento necessário para o processo não seja interrompido, minimizando a fragilidade financeira. Assim, bancos de desenvolvimento devem agir como parte integrante da administração pública operando em prol do desenvolvimento das estruturas econômicas na transição verde sustentável. Ou seja, ainda que o sistema financeiro privado esteja

ofertando crédito para o financiamento da transição verde, a existência de bancos de desenvolvimento se justificaria para garantir que o processo não fique à mercê da instabilidade dos ciclos financeiros.

A crise climática traz o sistema financeiro ainda mais para o centro da discussão do processo de desenvolvimento sustentável em função da enorme quantidade de recursos previstos que devem ser investidos. Dados da ONU indicam que os investimentos em infraestrutura verde podem chegar a US\$ 90 trilhões até 2030. Adicionalmente, a substituição dos ativos encalhados (*stranded assets*) - ativos descobertos que não poderão ser utilizados, como minas de carvão e reservas de petróleo – vai gerar perdas consideráveis para o sistema financeiro.

A relevância do bancos de desenvolvimento no processo de transição climática coloca em evidência a questão de como se financiam, ou seja, como enfrentam o desencontro entre ativos e passivos. Os bancos de desenvolvimento não podem ter uma lógica de captação de recursos com a mesma racionalidade temporal que o mercado financeiro privado. Neste sentido, as implicações do tipo de financiamento que os bancos de desenvolvimento terão – recursos públicos ou o mercado de capitais – são definidoras da capacidade de sustentação de financiamento à transição verde. Ao recorrer à emissão de títulos no mercado de capitais, por exemplo, os bancos precisarão cumprir uma série de regras de governança, administração e operações financeiras convergentes com a lógica do mercado privado. A própria lógica de financiamento dos bancos privados será aplicada ao financiamento de projetos que uma missão do Estado está orientando. Entretanto, ao optar por se financiar com títulos do mercado de capitais, há uma contradição com as atividades dos bancos de



desenvolvimento, especialmente os bancos de desenvolvimento que têm investimentos com um horizonte de maturidade mais longo.

Além disso, ao emitir títulos no mercado de capitais, qualquer instituição precisa adquirir uma classificação de risco das agências de classificação, indicando o grau de risco do mercado. Assim, os bancos de desenvolvimento precisam ajustar seu desempenho e estrutura financeira à metodologia dessas agências. Lidar com investimentos na mudança climática e reduzir as heterogeneidades estruturais econômicas e sociais requer uma institucionalidade própria que mercado de capitais mesmo profundos não estão aptos a oferecer.

Neste contexto, não apenas o financiamento do processo de transição verde sustentável pode ser realizado primordialmente por bancos de desenvolvimento, mas as fontes de recursos devem ser garantidas sem interferência da lógica privada, centrada em avaliação de risco e retorno, o que, como mencionado, tende a aprofundar as contradições do sistema financeiro. Entretanto, não há dúvida de que, ao levar em conta as incapacidades estruturais do sistema financeiro privado para enfrentar os desafios colocados pelos dias atuais, cabe precisamente aos bancos de desenvolvimento liderar este processo, direcionando o crédito para a orientação produtiva com vistas à transição climática. Não só isso, a ação de política econômica coordenada do Estado é fundamental para construir um estado de confiança que diminua as incertezas expectativas envolvidas no processo de transição climática.

### **Papel dos Bancos Centrais: ação coordenada com os Bancos de Desenvolvimento**

A construção de uma Convenção de Desenvolvimento Sustentável implica também a reformulação do papel dos bancos centrais. Em última instância, os bancos centrais poderão ter que agir como resgatadores climáticos de última instância (BOLTON, DESPRES, *et al.*, 2020).

Bancos centrais estão no centro da discussão sobre o papel do Estado e a intermediação financeira no consenso macroeconômico atual. Cabe à política monetária o protagonismo na coordenação de expectativas dos agentes privados. Esse protagonismo vem crescendo junto com o avanço do processo de financeirização que se iniciou no final da década de 1970 nas economias avançadas e que implicou na paulatina desregulamentação dos mercados, o financeiro em particular. A meta dos bancos centrais, antes focada no pleno emprego, passa a ser a estabilidade de preços. A desregulamentação do mercado financeiro expressa a crença na eficiência dos mercados. A política fiscal, na visão do novo consenso macroeconômico cabe o papel de manter as contas públicas equilibradas, ou seja, cabe apenas à política monetária o protagonismo em coordenar expectativas de mercado. Isto implica que bancos centrais não são neutros, eles têm um papel essencial enquanto braços de políticas públicas, visando prioritariamente a estabilidade de preços. A crise financeira de 2007-2008 mostrou que os bancos centrais das economias desenvolvidas tiveram um papel essencial no *bail out* do mercado financeiro, passando de *lenders of last resource* para *dealers of last resource*, garantindo, portanto, a manutenção de altas taxas de lucro para o setor financeiro. (SOKOL, 2022)

A história econômica recente mostra que o papel do banco central se adequa ao contexto macroeconômico, principalmente frente a uma crise financeira. **Ora, não há crise maior do que a crise climática atualmente e, portanto, nada**



**mais natural que essas instituições alterem sua missão e passe a incorporar a garantia do financiamento da transição verde sustentável e da estabilidade do sistema financeiro frente a esse processo.**

Os bancos centrais têm incorporado em suas políticas regulatórias o enfrentamento dos riscos climáticas, em uma lógica prudencial de busca pela estabilidade financeira. As atuações são no sentido de compreensão, mensuração, padronização das informações sobre riscos climáticos. Isso porque, há, de fato, maior entendimento sobre os efeitos de riscos climáticos sobre o sistema financeiro. De forma geral, as ações são voltadas para garantir estabilidade financeira do sistema, sem endereçar a necessidade de direcionamento do financiamento para as atividades verdes com o concomitante desestímulo às atividades cinzas. Adicionalmente, pouco se tem discutido sobre a necessidade das autoridades monetárias adotarem abordagem ampla, em parceria com um plano do Estado para promover a transição verde sustentável, que leve em conta a integração de critérios de sustentabilidade nos ativos das instituições financeiras com priorização de projetos verdes e fuga de projetos cinzas; a combinação da regulação prudencial, com as políticas monetárias e fiscais com regulações sobre emissão de GEE; necessidade de fontes de financiamento para projetos verdes; atuação na cooperação internacional entre as autoridades monetárias e financeiras nas questões ambientais; entre outros. (MENDONÇA, FEIL, *et al.*, 2022, SAWYER, 2021)

Sob uma Convenção de Desenvolvimento Sustentável, os bancos centrais podem desempenhar um papel ainda maior, como, por exemplo, desenvolvendo uma política que denominamos de "Transição Quantitativa Verde", ou seja, programa de empréstimos de

*green bonds*, emitidos pelos bancos centrais – direcionados para economia por meio dos bancos de desenvolvimento. Para garantir que esta transição não desorganize o sistema financeiro, os bancos centrais devem alinhar suas políticas monetárias e regulamentares com as políticas ambientais (CAMPIGLIO, DAFERMOS, *et al.*, 2018). Os bancos centrais poderiam então desempenhar um papel fundamental, ajudando o sistema financeiro por meio da compra de ativos depreciados resultantes da rápida transição climática, com a condição de que este pacote de resgate seja direcionado para o financiamento de projetos de sustentabilidade ambiental ou indústrias verdes.

Finalmente, por meio da “Transição Quantitativa Verde”, o governo poderia financiar a Política Industrial Verde e a Inovação para a Conversão Produtiva através de uma política fiscal expansionista, condicionada por mudanças tecnológicas e de inovação. No entanto, a intencionalidade (segundo a definição de Mazzucato) de promover uma transição verde bem-sucedida, que envolva a redução das desigualdades sociais, requer o alinhamento das políticas macroeconômicas para este fim. O planejamento do Estado, suas instituições e as estratégias - fiscais, monetárias, cambiais e industriais, tudo junto com a política de crédito - devem assegurar a sustentabilidade da transição verde. A estabilidade e eficiência do sistema financeiro e a produtividade e manutenção do setor produtivo com foco em novas tecnologias poderiam ser garantidas desta forma.

A ausência de política e coordenação do Estado inibe a mobilização efetiva do financiamento transição verde sustentável. Argumentamos que a urgência da transição climática deve atuar na direção de avançar as políticas propostas com protagonismo do Estado. Um Estado democrático deve garantir os



impactos das políticas climáticas sobre a integridade ambiental e a justiça social. A mudança tecnológica é inerentemente dinâmica e perturbadora para os mercados. As políticas de financiamento climático devem antecipar as mudanças das transições verdes e ser capazes de responder a elas.

## Referências

- ANDRADE, R. P., DEOS, S. "A trajetória do Banco do Brasil no período recente, 2001-2006: banco público ou banco estatal “privado”?”, *Revista de Economia Contemporanea*, v. 13, n. 1, p. 47–80, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482009000100003>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482009000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100003).
- BOLTON, P., DESPRES, M., PEREIRA DA SILVA, L. A., *et al.* *The green swan: Central banking in the age of climate change*. [S.l: s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/othp31.pdf>.
- CAMPIGLIO, E., DAFERMOS, Y., MONNIN, P., *et al.* "Climate change challenges for central banks and financial regulators", *Nature Climate Change*, v. 8, p. 462–468, 2018. DOI: 10.1038/s41558-018-0175-0. .
- MENDONÇA, A. R., FEIL, F., PESSOA, L. *Regulação Financeira e Bancos de Desenvolvimento: reflexões sobre a construção de finanças sustentáveis*. [S.l: s.n.], 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/364346861\\_Regulacao\\_Financeira\\_e\\_Bancos\\_de\\_Developolvimento\\_reflexoes\\_sobre\\_a\\_construcao\\_de\\_financas\\_sustentaveis](https://www.researchgate.net/publication/364346861_Regulacao_Financeira_e_Bancos_de_Developolvimento_reflexoes_sobre_a_construcao_de_financas_sustentaveis). Acesso em: 22 out. 2022.
- MINSKY, H. P. "Uncertainty and the institutional structure of capitalist economies remarks upon receiving the veblen-commons award", *Journal of Economic Issues*, v. 30, n. 2, p. 357–368, 1996. DOI: 10.1080/00213624.1996.11505800. .
- SAWYER, M. "Financialisation, industrial strategy and the challenges of climate change and environmental degradation", *International Review of Applied Economics*, v. 35, n. 3–4, p. 338–354, 2021. DOI: 10.1080/02692171.2020.1836137. .
- SECCARECCIA, M. "The Role of Public Investment as Principal Macroeconomic Tool to Promote Long-Term Growth: Keynes’s Legacy", *International Journal of Political Economy*, v. 40, n. 4, p. 62–82, 2011. DOI: 10.2753/IJP0891-1916400403. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41739520?seq=1>.
- SOKOL, M. *Financialisation, central banks and the “new” state capitalism in advanced market economies*. , nº 13. [S.l: s.n.], 2022. Disponível em: <https://geofinresearch.eu/>.



## VOCÊ NÃO ESTAVA AQUI – UM FILME QUE CRITICA A “UBERIZAÇÃO” DA ECONOMIA

Paulo Gonzaga M. de Carvalho<sup>1</sup>  
Pesquisador do Finde/UFF

### ÍNDICE



A esposa e o dois filhos de Ricky não querem que ele vá trabalhar. Seu filho chega a ficar em frente a van, para impedi-lo de sair. Eles sabem que essa nova ocupação não faz bem à saúde de Ricky e à família. Mas ele não vê alternativa, mesmo

machucado, com vários curativos, e sentindo-se mal, segue para o trabalho. Tem dívidas a pagar e, se faltar um terceiro dia, será desligado. Ele sabe que a família o ama e tem razão, mas está num beco sem saída. Do jeito que está, conseguirá trabalhar até o final do dia? Procura não pensar nisso, mas enquanto dirige, chora.

“Você Não Estava Aqui” (*Sorry We Missed You*<sup>2</sup>) é um filme diretor inglês Ken Loach, que é uma crítica incisiva ao processo de “uberização” da economia<sup>3</sup>. Ricky se define como um faz tudo, que não tem medo de trabalho pesado. Trabalhou, principalmente na construção civil, mas quer agora mudar de vida para ter condição de realizar seu grande sonho, a casa própria. No passado, já chegou perto disso, no entanto, perdeu o emprego com a crise financeira de 2008, e não teve como pagar as prestações do imóvel que havia comprado. Estimulado por um amigo, aceita trabalhar como trabalhador autônomo em uma empresa de entregas. Para isso ele compra uma van, alugar ficaria muito mais caro, utilizando como entrada o dinheiro da venda do carro de sua mulher, que lhe era muito útil no trabalho. Seria um sacrifício temporário, pelos seus cálculos, em um ano as contas se

<sup>1</sup> Agradeço as críticas e sugestões de Eloisa Castro e os esclarecimentos prestados por Deborah Luz e Tania Gostkorzewicz e também a Susana Schild e seus alunos do curso de cinema.

<sup>2</sup> Quando o cliente não está em casa e, portanto, a entrega não pode ser realizada, é deixado um cartão com o recado “Sorry We Missed You” com a hora da visita. O título do filme tem um duplo sentido, pois como se verá, a família de Ricky também sente falta de sua presença.

<sup>3</sup> A expressão uberização da economia, também chamada de economia Gig, é usada para designar o crescimento do setor de trabalho temporário por meio de plataformas/aplicativos digitais sendo a Uber a mais conhecida.



reequilibrariam.

No primeiro dia seu supervisor (Maloney) diz “Aqui você é autônomo, seu próprio patrão. Você não trabalha para nós, você trabalha conosco”. Ricky sempre quis não depender de patrões e esse discurso foi música para seus ouvidos, mas que vai se mostrar um verdadeiro “canto de sereia”. Em pouco tempo vai descobrir que não tem autonomia e tem patrão para quem trabalha.

Marx já dizia que, no capitalismo, o trabalho por produção, explora mais o trabalhador do que o regime de assalariamento. Para pagar logo sua dívida, ele aceita uma longa jornada de trabalho, de segunda à sábado o que o deixa cada vez mais estressado e distante da família. Uma combinação explosiva, para quem tem um filho “rebelde” que exige muita atenção, diálogo e paciência.

O Taylorismo-Fordismo está trabalho no autônomo de Ricky. O controle do processo de trabalho é feito por um aparelho (barcode scanner), similar a um celular que, lê códigos de barra, faz ligações, indica melhores rotas. Também controla o tempo gasto em cada entrega, que não pode exceder a uma duração determinada, e até mesmo o tempo em que fica parado sem um motivo específico de trabalho. Se esse momento for considerado longo, o aparelho começa a apitar. Não é sem razão que Maloney chama o barcode scanner de “minha arma”, pois, efetivamente, ele controla tudo que é feito pelos entregadores. Na prática é um “big brother” portátil. Um colega mais experiente sugere que leve sempre uma garrafa de plástico, pois não há como ir a um banheiro. Almoçar, por sua vez, está fora de cogitação, só há espaço para um sanduíche. Ele não faz seu horário. Tem que chegar cedo para pegar suas encomendas e trabalhar até o fim das entregas. São as regras a

serem seguidas por um trabalhador franqueado – é esse o termo utilizado.

Essa situação poderia ocorrer no Brasil e não se estaria com isso descumprindo a legislação trabalhista, embora se esteja próximo a isso. Apesar de haver um patrão, horário de início de expediente, pagamento, ser um trabalho habitual, não há pessoalidade, o que significa que o trabalho não precisa ser necessariamente feito pelo contratado, qualquer pessoa com um mínimo de habilitação pode substituí-lo se for preciso. Portanto não está caracterizada a existência de vínculo empregatício.

Ricky sente, depois de algumas semanas, que a carga de trabalho é muito grande e sua família demanda atenção sua. Os conflitos aumentam, pois, ele está sempre sem tempo, chega tarde, cansado e estressado em casa. Numa discussão perde o controle e bate no filho, coisa que nunca tinha feito e havia prometido nunca fazer. Sua esposa, Abby, veio de uma família com histórico de violência dentro de casa e não queria de forma alguma repetir esse padrão.

Em função dessas demandas pede a Maloney uma semana de folga. A resposta é que quem tem que resolver esse problema é ele próprio. Falta significa multa, se não houver um trabalhador para substituí-lo, o que não se conseguiu. Três faltas levam ao desligamento. Maloney cita casos recentes de terceirizados com problemas pessoais – tentativa de suicídio da filha, fim do casamento, ataque cardíaco, crise de hemorroidas que não tem tempo para tratar etc. Dá a entender que esse é um trabalho para “fortes”. A competição é grande, há sempre gente pedindo emprego e os clientes só querem saber se a mercadoria é entregue sem danos e no prazo. Não interessa para eles os problemas pessoais dos entregadores e para Maloney também



Ricky falta um dia para tirar seu filho de uma delegacia onde estava preso. No dia seguinte, sofre um assalto violento e acaba num hospital. Conversando com seu supervisor-chefe descobre que tudo que foi roubado está no seguro, exceto os passaportes e o barcode scanner. Por conta disso terá que pagar uma multa de mais de mil libras. Se esse instrumento de trabalho é tão importante, porque não está segurado? Possivelmente porque isso encareceria o seguro.

Seb, o filho de Ricky, é um adolescente revoltado. Não vê sentido em continuar estudando para ir à universidade, como querem os pais. Cita como exemplo, com conhecido que se formou, não conseguiu emprego e agora trabalha em telemarketing para pagar a dívida do crédito estudantil e se embebada nos fins de semana. Ele prefere grafitar paredes com um grupo de amigos, que inclui uma garota por quem ele está interessado. Por isso falta às aulas – e seus pais podem ser multados por isso – e entra numa briga, que o leva à suspensão. Na reunião na escola para a comunicação do ocorrido, só Abby estava presente. Ricky fazia entregas. Dias depois Seb rouba tinta de uma loja, e é pego. Ricky vai a delegacia e perde o dia de trabalho. Seb é fichado, mas é solto. O policial faz um discurso destacando para Seb, que ele tem algo precioso, uma família que se importa por ele, pois a maioria dos pais nem se interessa em ir à delegacia numa situação dessas.

As atitudes de Seb são muito questionáveis, mas há motivos para sua revolta. Tanto no Reino Unido, como aqui, o ensino universitário é caro – a maior parte dos estudantes está na rede privada no Brasil e na Inglaterra as universidades, salvo exceções, são pagas - e não há garantia de um bom emprego depois. Não há dúvida que o investimento em educação é importante para ascensão social, mas o retorno não é imediato e há riscos envolvidos. Um estudante de família

operária, insatisfeito com o ensino que recebe, e que vê os pais trabalhando sem parar e sem progredir, pode, compreensivelmente, ser desiludido e imediatista. No Brasil, por exemplo, é muito grande a evasão de alunos durante o segundo grau, devido ao apelo do mercado de trabalho quando o jovem atinge 16 anos de idade, idade legal para ingresso no mercado, sem ser aprendiz. Por conta disso, a escolaridade média do trabalhador brasileiro é, aproximadamente, ensino fundamental completo.

Seb não leva o estudo à sério, e sim o grafite. Não necessariamente ele está errado. Grafite já foi visto como sinônimo de pichação, algo sem valor estético, mas ganhou status de arte. Devidamente orientado, Seb poderia ir para uma escola de arte e talvez até ganhar a vida como pintor. Mas os pais não perceberam essa possibilidade, tão pouco a escola. Ele precisaria de um bom professor, não de polícia.

A garota em quem Seb está interessado decide largar o estudo, mudar de cidade e trabalhar com uma amiga, como funcionária de limpeza de um hotel. Motivos não faltam. Sofre bullying na escola pois ela se recusa a postar nudes. Em casa o namorado da mãe a assedia. Poderia denunciar tudo isso, mas é mais fácil mudar de cidade. Novamente, talvez não seja essa a atitude correta, mas é perfeitamente compreensível. Tanto a escola quanto a família (mãe) falharam com ela.

Abby merecia um filme só para ela. É a própria expressão de amor, dedicação e paciência. É a única que consegue dialogar com Seb. Ela trabalha como cuidadora terceirizada para uma empresa que possivelmente presta serviços para o Serviço Social inglês. Ela tem uma supervisora e uma escala de visitas com horários pré-determinados. Aumentou sua jornada para poder pagar as dívidas e agora trabalha das 7:30 as 19:30 horas, sempre olhando o relógio e atenta para o



horário dos ônibus. O tempo todo passa instruções para a filha pré-adolescente (Liza), que é quem na prática, cuida da casa. Antes de entrar nas residências, passa Vick VapoRub no nariz, pois o odor que a espera com frequência é de fezes. Atende principalmente pessoas idosas que vivem sozinhas nas suas casas, e não têm autonomia para executar tarefas cotidianas, como higiene pessoal, preparar o almoço etc. Sua postura é tratar todos eles como se fossem seus pais. As situações são as mais variadas. Há pessoas agressivas, mas há aquelas com quem ela mantém uma boa interação e que pode se aproximar de uma amizade.

Duas cenas dela são tocantes. Num sábado, à noite, interrompe um jantar de família e vai atender uma idosa, que tinha ido num casamento com familiares e eles julgavam, erroneamente, que ela teria assistência ao chegar em casa. A idosa ficou sentada numa poltrona sem conseguir levantar e acabou urinando onde estava. Abby levou-a para o banheiro e fez a limpeza. Como era sábado de noite, foi na van levada pelo marido e os dois filhos. Acabou sendo um raro programa familiar, com todos cantando durante o trajeto.

Em outro dia ela estava muito triste, pois tinha discutido com o marido e com o filho na véspera, ela pede para trocar de posição num atendimento. Agora é uma idosa que cuida dela, penteando seus cabelos e cantando uma canção, como possivelmente sua mãe fazia. Assim ela encontra um “colo” para poder chorar.

O atendimento domiciliar por cuidadores para tarefas domésticas não existe no SUS<sup>4</sup> O que existe é o acompanhamento de idosos com problemas de saúde e dificuldades de deslocamento. Mas se restringe à medicação e acompanhamento do tratamento. Em parte, isso

se deve ao fato de no Brasil ser pouco comum o idoso morar sozinho, comparativamente aos países europeus.

Liza é muito dedicada ao estudo e responsável, o oposto do irmão. Como os pais estão sempre fora é ela que cuida da casa. Tanto acorda o irmão para ir ao colégio, como desliga a televisão, recolhe a comida e também acorda os pais quando estes dormem no sofá da sala vendo televisão durante a janta. A impressão que se tem que Ricky e, em menor medida, Abby mal falam com os filhos, tão tarde e cansado que chegam da jornada extenuante que tiveram. Tudo parece bem com Liza, no primeiro momento. Mas à medida que a crise familiar avança, ela passa a ter dificuldade de dormir, bate na porta do quarto dos pais quando estão discutindo e finalmente volta a urinar na cama.

Valeu o sacrifício dessa família? No filme não há dúvida que a resposta é não. Foi ilusão e quando se deram conta já era tarde demais. Mas o erro não foi só deles, foi principalmente da sociedade. Alguns dias de licença médica, que deveria ser um direito mínimo e básico no mundo do trabalho, faria uma enorme diferença para Ricky, mas como franqueado, ele não tinha esse direito a isso. O filme foi parcialmente inspirado num fato real. A morte do entregador Don Lane em janeiro de 2018. Ele sofria de diabetes, mas para dar conta do movimento de Natal e não receber multas, deixou de fazer várias consultas e exames médicos, indo trabalhar doente. Bateu a meta, mas isso lhe custou a vida. Embora, ele não soubesse de antemão, as opções eram a meta ou a vida.

Um bom complemento ao filme de Loach é o documentário brasileiro “Gig- a uberização do Trabalho” de Caue Angeli, Carlos Juliano

4 Tarefas domésticas não estão previstas da Portaria n 9963 de 27/05/13 do Ministério da Saúde que “Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Vide [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0963\\_27\\_05\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0963_27_05_2013.html) acesso em 3/12/22. Além disso “o Poder Judiciário vem entendendo que o cuidador é obrigação da família, não sendo obrigação do SUS custear profissional para a função, vide <https://www.eltonfernandes.com.br/home-care-pelo-sus> acesso em 3/12/22.



Barros e Maurício Monteiro Filho de 2019 disponível na Globoplay, Vivo Play e Net Now. O filme mostra uma realidade diferente do filme de Loach. Na economia das plataformas (aplicativos) de serviços não se vê o patrão, só há mensagens pelo celular sobre o serviço a ser feito. Não há horário para início e fim do expediente, mas há indícios de que se a pessoa não estiver disponível com a frequência desejada recebe menos tarefas e no limite pode ser desligada, sem maiores explicações. Qualquer prejuízo por conta de roubo ou acidente – como no filme de Loach – corre por conta do terceirizado, pois as plataformas fariam apenas um serviço de intermediação, unindo clientes e prestadores de serviços. Não seria o empregador. O trabalhador é, em tese, autônomo, mas não é ele que fixa o valor de seu trabalho. É o algoritmo que faz isso, de forma não transparente. Como o valor do serviço frequentemente é baixo, muitas vezes se trabalha muito para se ganhar pouco e o aumento da concorrência contribui para isso. Já há plataformas para quase tudo: viagens de taxi, entrega de comida, aulas particulares, trabalho de locutor, domésticos, de goleiro, de cuidador etc. Segundo levantamento do IPEA, havia, em 2021, 1,5 milhão de pessoas estaria trabalhando no setor de transportes da economia Gig no Brasil <sup>5</sup>. O estudo mostra que é baixo o rendimento dos ocupados no setor. O mototaxistas chegam a ganhar menos de um salário-mínimo por mês.

Ken Loach é um dos mais prestigiados cineasta em atividade. Já ganhou duas vezes a Palma de Ouro do Festival de Cannes com “Ventos da Liberdade” (2006) e “Eu, Daniel Blake” (2016). Sempre frisou que, como cineasta, sua maior influência foi o Neorrealismo italiano,

que muito admira. É dos poucos diretores que gosta de frisar que é de esquerda e crítico do capitalismo, inclusive o britânico com seu problemático Estado de Bem-Estar. Seus filmes são quase sempre sobre dramas do cotidiano da classe trabalhadora inglesa. Vez por outra faz filmes de época que abordaram a Guerra Civil Espanhola, a luta pela independência na Irlanda e a guerrilha na Nicarágua. Nesses casos costuma explorar o paradoxo que leva a pessoas que lutaram juntas por uma causa, em determinado momento passaram a lutar umas contra as outras. Tem 86 anos e fala, já há algum tempo, que vai se aposentar. Ninguém faz filmes como ele, torço que adie sua aposentadoria mais uma vez. Também torço para que o novo governo mude a regulamentação no setor Gig, visando melhorar as condições de trabalho na economia das plataformas.

### **Filha técnica do filme “Você não estava aqui” (Sorry We Missed You)**

Diretor: Ken Loach

Roteiro: Paul Laverty

Produtor: Rebecca O'Brien

Atores: Kris Hitchen, Debbie Honeywood, Rhys Stone e Katie Proctor

Fotografia: Robbie Ryan

Edição: Jonathan Morris

Música: George Fenton

Principais empresas produtoras: Sixteen Films, BBC Films, BFI Film Fund, France 2 Cinéma, Why Not Productions e Wild Bunch

<sup>5</sup> Goés (2022) Painel da Gig Economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham – Carta de Conjuntura número 55 – nota de conjuntura 14 – 2º trimestre de 2022 disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220510\\_cc\\_55\\_nota\\_14\\_gig\\_economy.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220510_cc_55_nota_14_gig_economy.pdf) acesso em 3/12/22



# BOLETIM DO GRUPO FINDE

Edição quadrimestral: v.3, n.3, set/dez de 2022.  
ISSN: 2675-7389

É uma publicação do grupo de pesquisa em **Financeirização e Desenvolvimento** que reúne reflexões acerca dos impactos sociais e econômicos no Brasil da **Pandemia do Covid-19 e implicações futuras**. As análises são apresentadas em formato de artigos e conta com a colaboração de economistas e cientistas políticos.



## FINDE

GRUPO DE PESQUISA EM  
FINANCEIRIZAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
Universidade Federal Fluminense

### SOBRE O FINDE:

O grupo de pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE), sediado na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, congrega pesquisadores e alunos de pós-graduação da UFF e de outras instituições, interessados em discutir questões acadêmicas relacionadas ao avanço do processo de financeirização e seus impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico das economias modernas.

O propósito do grupo é produzir estudos sobre como o avanço da financeirização tem transformado o ambiente macroeconômico condicionando decisões econômicas de famílias, firmas e governos, com desdobramentos sobre a dinâmica das economias no curto e no longo prazo.

A pauta de pesquisa é extensa e abarca temas da microeconomia – tomada de decisão dos agentes; funcionamento de mercados específicos; incentivos aos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico – da macroeconomia – instabilidade financeira sistêmica; regulação do sistema financeiro; autonomia e eficácia de política econômica; assimetrias internacionais – e da interação entre estas duas dimensões analíticas.

### COORDENAÇÃO DO GRUPO:

**Carmem Feijó** - Professora Titular de Economia (UFF)

### VICE-COORDENAÇÃO:

**Adriano Sampaio** - Professor de Economia (UFF)

### ENDEREÇO:

R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n, Niterói  
- Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar

### CONSELHO EDITORIAL DO BOLETIM:

**Carmem Feijó** - Editora Chefe

**Adriano Vilela Sampaio** - Editor

**Fernanda Feil** - Editora

### EDITORES ASSOCIADOS:

Caio César de Azevedo, Daniel Consul,

Daniel Henriques, Eduardo Mantoan, Júlia Leal,

Linnit Pessoa e Vinicius Centeno

### CONTATO DAS AUTORAS E AUTORES

#### **Adriano Vilela Sampaio**

adrianovs@id.uff.br

#### **Carmem Feijó**

cbfeijo@gmail.com

#### **Fabio Terra**

fhbterra@gmail.com

#### **Fernanda Feil**

nandafeil@yahoo.com

#### **Luciano Luiz Manarin D'Agostini**

lucianodagostini@yahoo.com.br

#### **Paula Sarno**

pmsarno@gmail.com

#### **Paulo Gonzaga M. Carvalho**

pgmcarvalho@openlink.com.br

#### **Vinicius Brandão**

v.brandao91@gmail.com

### MAIS INFORMAÇÕES:

E-Mail: [findeuff@gmail.com](mailto:findeuff@gmail.com)

Site: [www.finde.uff.br](http://www.finde.uff.br)

Facebook: [findeuff](https://www.facebook.com/findeuff)

Instagram: [findeuff](https://www.instagram.com/findeuff)

Twitter: [findeuff](https://twitter.com/findeuff)

Youtube: [/Financeirização Desenvolvimento](https://www.youtube.com/channel/UC...)



**FINDE**  
GRUPO DE PESQUISA EM  
FINANCEIRIZAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
Universidade Federal Fluminense

---

## ONDE ESTAMOS:

R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n,  
Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar  
Gragoatá - Niterói - RJ  
24210-200

[findeuff@gmail.com](mailto:findeuff@gmail.com)

---



[www.finde.uff.br](http://www.finde.uff.br)